



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**

UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

JOMAR FREITAS DE ALMEIDA

**O QUE SIGNIFICA SER JOVEM NEGRO NO MARCO DO CAPITALISMO
PERIFÉRICO: ENTRE A ZONA DO NÃO SER E AS (RE) EXISTÊNCIAS**

**Rio de Janeiro
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

JOMAR FREITAS DE ALMEIDA

**O QUE SIGNIFICA SER JOVEM NEGRO NO MARCO DO CAPITALISMO
PERIFÉRICO: ENTRE A ZONA DO NÃO SER E AS (RE) EXISTÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof. Daniel Campos

Trabalho apresentado em 17 de julho de 2024.

**Rio de Janeiro
2024**

CIP - Catalogação na Publicação

A447q Almeida, Jomar Freitas de
O que significa ser jovem negro no marco do capitalismo periférico: entre a zona do não ser e as (re)existências / Jomar Freitas de Almeida. -- Rio de Janeiro, 2024.
69 f.

Orientador: Daniel de Souza Campos.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2024.

1. Estado dependente. 2. Racismo estrutural. 3. Juventude negra. 4. Criminalização da pobreza. 5. Infância e juventude. I. de Souza Campos, Daniel, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH
Escola de Serviço Social - ESS

**ATA- BANCA EXAMINADORA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Estudante (NOME COMPLETO): Jomar Freitas de Almeida	DRE: 116017480
---	--------------------------

Título do TCC: O que significa ser jovem negro no marco do capitalismo periférico: entre a zona do não ser as (re)sistências

Composição da banca

Presidente da banca/orientador(a):
Daniel de Souza Campos

Assinatura:

 **DANIEL DE SOUZA CAMPOS**
Data: 17/07/2024 18:05:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente


Membro da banca:
Vanessa Cristina dos Santos Saraiva

 **VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SARAIVA**
Data: 17/07/2024 21:19:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

Assinatura:

Membro da banca:
Paulo Sérgio Pereira Filho

 **PAULO SERGIO PEREIRA FILHO**
Data: 17/07/2024 20:40:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

Assinatura:

Parecer:

APROVADO*

APROVAÇÃO CONDICIONADA**

REPROVADO***

**ESS ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ**

Av. Pasteur, nº 250 – Campus Praia Vermelha, Praia Vermelha -
Rio de Janeiro, RJ - CEP 22290-240 Telefone: (21) 3938-5380 5432/ www.ess.ufrj.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH
Escola de Serviço Social - ESS

Data de realização da banca

| 17 | 07 | 24

* RECOMENDA PUBLICAÇÃO NA BASE PANTHEON REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFRJ?
() SIM () NÃO

** Em caso de "aprovação condicionada", pontue as indicações da banca para o TCC, em parecer.

*** Em caso de "reprovação" pontue as indicações da banca para o TCC e indique uma nova data para a realização de nova banca, em parecer.

OBSERVAÇÕES:

ESS ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ

Av. Pasteur, nº 250 – Campus Praia Vermelha, Praia Vermelha -
Rio de Janeiro, RJ - CEP 22290-240 Telefone: (21) 3938-5380 5432/ www.ess.ufrj.br

DEDICATÓRIA

Em memória de João Pedro, mais um inocente vítima da guerra às Drogas. Se vivo fosse, teria 18 anos, como meu filho. No momento que finalizo este trabalho os acusados de sua morte são absolvidos de maneira vergonhosa. Enquanto comemoro a chegada do meu filho à maioridade e à graduação, os pais de João revivem o momento da maior tragédia de suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha família.

Aos meus avós, que já se foram, mas nos legaram, cada qual a sua maneira, tudo que dinheiro nenhum pode comprar. À minha mãe, que sempre foi minha bússola moral e uma das pessoas com quem mais gosto de conversar. Ao meu pai, que sempre me deu força para eu fazer o que eu quisesse. E que pagou do próprio bolso o meu boleto do ENEM, como forma de me “obrigar” moralmente a fazer a prova. Às minhas irmãs Cinthia e Isabela, às minhas sobrinhas e cunhados. À toda família Freitas. É um privilégio ter nascido nessa família.

Aos meus filhos Pedro e Thiago, que são a razão da minha vida. À minha esposa Leilian, que sempre me deu forças para continuar. Só nós dois sabemos os esforços que tivemos que fazer para que eu pudesse permanecer na faculdade.

Aos meus professores da UFRJ, com quem aprendi muito. A universidade mudou minha vida. Não posso deixar de mencionar as professoras Gracyelle Costa e Carmen Corato.

Ao meu orientador Daniel Campos. Pela paciência e tranquilidade. Pelas nossas muitas trocas. Depois de cada conversa eu sempre me sentia mais motivado.

À minha supervisora de estágio Luciana e toda equipe do Suporte Social do Luta Pela Paz. Vocês fazem um trabalho incrível!

Aos amigos Roberto, Sandro e Alexandre. Foram e são uma grande referência. No caso do Roberto e Alexandre, literalmente.

Aos meus companheiros de estágio, alunos “sobreviventes” como eu: Julio e Thaynã. Com quem convivi por quase toda a graduação e nos 2 anos de estágio. Dois anos em que nos ajudávamos. Em que trocávamos experiências de estágio e de vida.

RESUMO

A proposta desse trabalho é fazer uma análise da juventude negra no Brasil a partir da “escrevivência” (por isso o estilo mais literário, na primeira pessoa). Entrecortando o diálogo de importantes teóricos como Clóvis Moura, Caio Prado Junior, Achille Mbembe e Sueli Carneiro, além de dados quantitativos e qualitativos para adensarmos o debate, trago experiências pessoais da minha juventude, do período na universidade e no estágio (que são, afinal, experiências coletivas) para, com o cruzamento de todas essas informações, buscarmos fazer uma aproximação crítica da realidade

Percorreremos a História do Brasil, e entenderemos como a economia escravista construiu uma ideologia racial que hierarquiza a sociedade, desde a mais tenra infância, é essencial para o modo de produção capitalista e se adapta para se perpetuar e o papel do serviço social na história da juventude negra.

A ideia do homem universal europeu “naturaliza” seu modo de produção e justifica o colonialismo, o imperialismo, a subjugação de outros povos, como forma de “elevá-los” à mesma condição do homem civilizado. E o não-branco ocupa o lugar do não-ser. Carrega estereótipos criados durante séculos de escravidão, que naturalizam toda violência necessária para o Estado garantir a produção da mais-valia e conter qualquer mudança. Desde a mais tenra infância o não-branco é desumanizado, seu corpo é violentado, institucionalizado. Não tem direito a infância, sonhos, brincadeiras. Para estar em segurança, o jovem negro precisa estar trabalhando. Carteira assinada.

Assim, chegamos à conclusão que as expressões da “questão social” que se materializam no cotidiano desses jovens, potencializada pelo racismo, produzem adoecimentos e revoltas, e, lembramos a importância do papel do assistente social, como categoria profissional que atua nas contradições capital x trabalho, num sentido de buscar estratégias que possibilitem não apassivar, mas oferecer ferramentas para que a juventude canalize suas revoltas e anseios em formas de expandir suas potencialidades coletivamente, como o acesso à educação, às artes, ao esporte, o conhecimento de autores negros, participação de movimentos sociais

Palavras chave: Estado dependente; Juventude Negra; Criminalização da Pobreza; Racismo Estrutural; Masculinidades Negras; Escrevivência

SUMMARY

The purpose of this work is to analyze black youth in Brazil based on “writing” (hence the more literary style, in the first person). Intercutting the dialogue of important theorists such as Clóvis Moura, Caio Prado Junior, Achille Mbembe and Sueli Carneiro, in addition to quantitative and qualitative data to deepen the debate, I bring personal experiences from my youth, the period at university and the internship (which are, after all, , collective experiences) so that, with the crossing of all this information, we seek to make a critical approach to reality

We will go through the History of Brazil, and understand how the slave economy built a racial ideology that hierarchizes society, from early childhood, is essential to the capitalist mode of production and adapts to perpetuate itself and the role of social service in the history of black youth.

The idea of the universal European man “naturalizes” his mode of production and justifies colonialism, imperialism, and the subjugation of other peoples, as a way of “elevating” them to the same condition as civilized man. And the non-white occupies the place of non-being. It carries stereotypes created during centuries of slavery, which naturalize all violence necessary for the State to guarantee the production of surplus value and contain any change. From early childhood, non-white people are dehumanized, their bodies are violated, institutionalized. You have no right to childhood, dreams, games. To be safe, young black people need to be working. Signed card.

Thus, we come to the conclusion that the expressions of the “social issue” that materialize in the daily lives of these young people, enhanced by racism, produce illnesses and revolts, and we remember the importance of the role of the social worker, as a professional category that works in the contradictions capital x work, in order to seek strategies that make it possible not to appease, but to offer tools for youth to channel their revolts and desires into ways of expanding their potential collectively, such as access to education, the arts, sports, knowledge of black authors, participation of social movements

Keywords: Dependent state; Black Youth; Criminalization of Poverty; Structural Racism; Black Masculinities; Writing

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA BRASILEIRA	14
1.1 Escravismo Pleno no Brasil-colônia: uma decisão econômica	17
1.2 Escravismo Pleno no Brasil Império: ideal de Estado escravista	20
1.3 Escravismo tardio no Brasil Império: Vão-se os anéis, ficam os dedos. Na impossibilidade de se manter a escravidão, garantir a hierarquia sócio racial.	25
1.4 Res publica = “coisa do povo”. Mas e quando esse povo é negro? Elite agrária contra abolição	27
2 SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM AS JUVENTUDES NEGRAS: ENTRE A LBA/FUNABEM E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS	31
2.1 Projeto de identidade nacional. A criança faz parte desse novo ideário. Mas quem é essa criança?	33
2.2 Anos 30: Código Melo Mattos / LBA / Funabem	34
2.3 Anos 60: Ditadura e serviço social	37
2.4 Redemocratização: CF, Direitos sociais, ECA e o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	41
3 NOTAS IMPORTANTES PARA COMPLEMENTAR O DEBATE: O QUE DIZEM OS DADOS	47
3.1 Educação	47
3.2 Saúde Mental	49
3.3 Violência	50
3.4 Sistema Socioeducativo	51
CONSIDERAÇÃO FINAIS – ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS	52
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise da condição do jovem negro no Brasil, desde que o primeiro africano aqui desembarcou de um tumbeiro, até os dias de hoje. Sobre como o negro, mesmo menino, sempre ocupou o lugar do não-ser em nossa história. Sobre como se constituiu nosso racismo e como ele se mantém até hoje, intrinsecamente conectado à sociedade capitalista. Segundo Fanon (2021), “o racismo não passa de um elemento de um todo maior: o da opressão sistematizada de um povo”. E fazer um entrelaçamento com a história do serviço social e sobre como esta categoria vem atuando especificamente em relação a esse recorte de usuários, desde sua fundação.

O assunto abordado é de extrema importância, tendo em vista que, tanto através de experiências empíricas (pessoais e como estagiário), quanto em contato com a bibliografia e dados que trouxe para análise, percebe-se especificidades em relação a uma parcela da população brasileira - as crianças, adolescentes brasileiros - que, segundo a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, necessitam de cuidados e proteção especial. E que, apesar de ser obrigação do Estado, da família e da sociedade civil garantir a proteção desses indivíduos, na prática uma parte significativa desses jovens não é vista pelo Estado e sociedade como merecedora de cuidado e proteção, pois não são vistas como crianças e adolescentes. Vivem na área do “não ser”, vítimas de um processo de desumanização iniciado há 5 séculos que se perpetua até os dias de hoje. Desta forma, não apenas não tem acesso a direitos básicos, como o próprio Estado, através de políticas de segurança pública, violentam seus corpos e mentes. Estes jovens formam uma parcela importante dos usuários do serviço social, uma profissão que tem uma origem conservadora, mas que, através do movimento dialético da história, foi se modificando, tendo hoje um projeto ético-político que luta contra todas as opressões e todo tipo de preconceito.

A ideia de abordar este tema veio por conta de minhas experiências de vida, como um homem negro de 46 anos que viveu $\frac{3}{4}$ da minha vida na favela, que só tive oportunidade de cursar a faculdade já adulto, pai de dois filhos negros. Por conta das minhas experiências na UFRJ, como estudante negro, homem, no curso de serviço social de uma universidade pública, em contato com autores marxistas e,

posteriormente, com autores negros. E, finalmente, por conta de minha experiência como estagiário numa instituição esportiva -Luta Pela Paz- localizada na favela da Nova Holanda, no complexo da Maré, zona Norte do Rio de Janeiro.

Assim, partindo de experiências empíricas - pessoais e coletivas - utilizarei como base metodológica a *escrevivência*¹. Por conta disso, muitas vezes meu texto será escrito na primeira pessoa. Criado por Conceição Evaristo, o termo é a junção das palavras “escrever” e “vivência”. Mas, segundo artigo de Beatriz Hermínio, citando a autora: "A *escrevivência* não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade." Ainda segundo o artigo:

“Pensar a *escrevivência* no campo acadêmico é, para a escritora, retomar a apropriação de "epistemicídio" feita pela filósofa Sueli Carneiro. O termo envolve a escassez de referências bibliográficas negras nos estudos das diferentes áreas do conhecimento. Na USP, a chegada de reivindicações de grupos subalternizados é feita por meio de professores de maneira individualizada, e não diz respeito a um compromisso oficial da instituição, comentou Conceição.

Antes da chegada dos invasores brancos, a língua para os africanos pré-coloniais era mais discurso do que estrutura", disse, "e então os colonizadores passaram a nomear seus falários como língua enquanto ignoravam ou rasgavam tudo aquilo que se parecesse língua". (HERMÍNIO, 2022)

Então antes de começarmos, segue um breve relato sobre minhas experiências pessoais. Sou nascido e criado no Morro Azul, no Bairro do Flamengo. O processo de habitação no morro começou nos anos 40. Não tinha água, luz ou saneamento. Por isso muitas doenças e a mortalidade infantil era altíssima. Nos anos 60 foi organizada uma Associação de Moradores, uma das primeiras do Rio, com ajuda da Igreja foram feitos mutirões para a construção de casas, ruas e uma caixa d'água. Nessa época havia uma preocupação de que as crianças não ficassem “soltas” pelo morro. Foi criado um grupo escoteiro na comunidade, como uma forma de manter os meninos “na linha” e educá-los para a vida.

¹ “A *Escrevivência* carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo”, Disponível em <<http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo#:~:text=Criado%20por%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Evaristo%2C%20o,explicou%20a%20escritora%20e%20educadora>> Acessado em: 08 de jul. 24.

Nasci em 78 e fui criança nos anos 80. Na época a escola pública ainda era de qualidade, onde a maioria dos alunos eram brancos de classe média. Meu pai precisou mentir para que eu e minhas irmãs fôssemos matriculados na escola (pública) porque a diretora não aceitava “crianças faveladas”. Havia pouquíssimos alunos negros. Sempre fui muito tímido no ambiente escolar, mas na favela eu era mais solto, falava mais, corria, brincava. Já nos primeiros anos da adolescência eu não via sentido na escola. Tudo era decoreba. Os professores falavam em vestibular, mas eu não conhecia ninguém que tinha ido à faculdade. Então nada daquilo me fazia sentido e acabei por abandonar.

Nos anos 90, a favela era muito violenta. Operações policiais constantes, com helicópteros, guerras de facções. Perdi vários amigos. Alguns conhecidos tinham passado pelo “Padre Severino²” e contavam histórias terríveis. Eu saía da favela sempre que podia. Não apenas pela violência dos traficantes, que aos poucos a gente vai naturalizando, mas por conta dos policiais: um jovem negro de bobeira no morro é perigoso (embora eu trabalhasse desde os 13, não tinha carteira assinada). Aos poucos fui pegando raiva de tudo que acontecia no morro. Por não me encaixar nos estereótipos que a tv reproduzia, não gostar de funk ou pagode, não sentia qualquer identificação com a favela. Reproduzindo o racismo midiático, via toda cultura que vinha da favela de forma negativa.

Então a partir dessas apreensões “sensitivas” de parte da realidade, através do exercício da escrevivência, demos início à exposição do trabalho. Faremos um segundo movimento onde utilizamos de determinados teóricos e fontes bibliográficas. No primeiro capítulo, para entendermos como surgiu o racismo no Brasil e como se construíram as relações sociais e de produção durante os séculos, é feito uma breve síntese sobre a formação sócio histórica brasileira, onde a história “oficial” e a falsa ideia de democracia racial são questionadas. E no segundo capítulo, onde é feito panorama do papel do serviço social, desde o surgimento da profissão até os dias de hoje, em relação ao cuidado e atenção dados à juventude. As políticas públicas, o surgimento da ideia de infância no Brasil, mudanças sociais e políticas. Já no terceiro capítulo são apresentados dados do Atlas da Juventude 2021, Atlas da Violência 2023 e Levantamento Anual do Sistema nacional de Atendimento

² O Instituto Padre Severino foi um tradicional reformatório público na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, criado em 1954 e extinto em 2012. Ele era famoso por ter um histórico considerável de rebeliões, fugas e mortes.

Socioeducativo 2021, subdivididos em quatro categorias que penso serem de extrema importância para adensarmos o debate: educação, saúde mental, violência e sistema sócio educacional. Com o cruzamento de todas essas informações, buscamos fazer uma aproximação crítica da realidade.

Finalmente, o último capítulo é dividido em duas partes: na primeira são apresentadas as conclusões retiradas da análise do cruzamento das informações dos capítulos anteriores. E na segunda parte, apresento de maneira bem sucinta alguns exemplos de enfrentamentos e estratégias para construção coletiva em direção ao projeto societário do serviço social.

1 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

Quando era criança, aprendi na escola que o povo brasileiro é um povo alegre diante das adversidades, que descende da mistura de três “raças”: o português, o “índio³” e o “africano”, que, cada qual com sua contribuição, ajudou a construir esse país e formar esta nação.

Tudo teria começado quando os portugueses chegaram, trazendo a civilização para o Novo Mundo, até então habitado por “selvagens” que não se diferenciavam muito das feras que aqui viviam. Em mil e quinhentos uma expedição portuguesa formada por 3 embarcações e uma tripulação liderada por Pedro Álvares Cabral chega ao que posteriormente seria conhecido como Brasil. O primeiro ponto avistado pelos portugueses foi o Monte Pascoal, localizado onde hoje é Porto Seguro (BA), em 22 de abril de 1500. Este importante fato histórico ficou conhecido como o “Descobrimento do Brasil”.

Chegando aqui encontraram um povo completamente diferente - que não possuía os conhecimentos técnico e científico que os portugueses dominavam - além de diversas riquezas naturais. Puros e imaculados, como os animais do Jardim do Édem, anteriores ao pecado humano, estes “selvagens” não conheciam Deus. Portugal então decidiu colonizar nossas riquezas, trazendo civilização e catequização a este território pagão. Como os “índios” não aguentavam o trabalho pesado, o homem branco se viu obrigado a trazer escravos do continente africano, pois estes, embora tão “selvagens” quanto os “índios”, eram mais passivos e resilientes, naturalmente adaptados ao trabalho necessário para a colonização portuguesa e ainda se beneficiaram do contato com uma cultura superior. Da união dessas três raças tão distintas se originou o povo brasileiro: festeiro, receptivo, alegre e cordial. Assim aprendi na escola.

Exatamente quinhentos anos após o grito de “Terra à vista!”, o Brasil tinha preparado uma grande festa comemorativa, a “Festa dos 500 anos do Descobrimento do Brasil” em Porto Seguro BA, com diversas atrações, incluindo a presença ilustre

³ Índio é a forma pejorativa como os europeus que aqui chegaram no final do século XV chamavam genericamente qualquer habitante, como se fossem todos selvagens a-históricos e não indivíduos divididos em diversos povos e nações, com diferentes etnias e culturas das mais diversas. Aqui optei por usar este termo (entre aspas) pois foi como aprendi na escola.

do então presidente português. Uma comemoração à altura de uma verdadeira “Democracia Racial”, que por muito tempo serviu de contraponto a países racistas como o próprio Estados Unidos, por exemplo. Democracia Racial é uma ideia popularizada por pensadores como Gilberto Freyre, que diziam que a relação entre colonos e escravos foi majoritariamente pacífica - os conflitos eram exceções - dando origem a um povo miscigenado e que, exatamente por isso, sempre conviveu bem junto, sem leis segregacionistas, sem revoluções e revoltas. Numa palavra, não existe racismo no Brasil. Mas será que foi realmente assim? Do site Memorial da Democracia:

Programada para ser uma celebração apoteótica da nacionalidade e uma confraternização com os descobridores, a festa dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, em Porto Seguro (BA), termina em confronto entre a polícia, índios e outros manifestantes. Na localidade de Coroa Vermelha, onde ocorreu o desembarque de Pedro Álvares Cabral, foram realizadas uma missa e uma solenidade oficial com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso e de seu colega português, Jorge Sampaio.

Desde a véspera da celebração, os acessos à cidade foram bloqueados por forças policiais para impedir a entrada de índios, estudantes, militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do movimento negro e punks. Revoltados, os manifestantes fizeram protestos nas estradas e, quando tentaram se aproximar do local do evento, foram duramente reprimidos. O confronto deixou um saldo de sete feridos e 140 detidos – entre eles, muitos índios, de diversas nações e tribos. O simbolismo da truculência policial em data tão especial teve ampla repercussão. (site Memorial da Democracia)

Figura 1 – Os então presidentes Jorge Sampaio, de Portugal, e Fernando Henrique Cardoso, do Brasil plantam juntos uma muda de pau-brasil em homenagem aos 500 anos do “descobrimento”.



Fonte: site Memorial da Democracia⁴ 22 de abril de 2000

Comparando o episódio acima narrado com o que aprendi quando criança sobre o “Descobrimento do Brasil” e nossa formação enquanto nação, fica o questionamento: será mesmo que o Brasil, em algum momento desde a chegada dos europeus até os dias de hoje, já constituiu uma Democracia Racial? Neste capítulo, onde pretendo fazer um pequeno resumo acerca da formação sócio histórica brasileira, utilizarei de alguns autores que fazem um contraponto à teoria de Gilberto Freyre, autor de *Casa Grande e Senzala* (1933). Principalmente a obra *Dialética Radical do Brasil Negro* (1994), de Clóvis Moura.

Segundo Moura (1994), a formação sócio histórica brasileira se deu de maneira exatamente oposta: a tônica do modo de produção escravista era o conflito, a violência. As diversas formas de violência utilizadas pelos colonos para dominar os escravizados e suas diversas estratégias de resistência, muitas também baseadas na violência. Conforme descrito no *Manifesto Comunista* (Marx,): “A história da humanidade é a história das lutas de classe”. Nesse sentido, as duas grandes e

⁴ Disponível em: <<https://memorialdademocracia.com.br/card/protesto-marca-500-anos-do-descobrimento> >
Acessado em: 04 de jul.24.

principais classes da sociedade escravista brasileira eram o escravizado e o latifundiário senhor de escravos. Toda a dinâmica da sociedade se baseava na contradição dessa relação de produção, que se ancorava na violência da classe proprietária para com os escravos e suas diversas estratégias de defesa, que iam desde a própria violência como resposta, passando por diversas formas de adaptação, de fuga e formação de um novo tipo de sociedade - os quilombos - com economia, costumes e modo de produção próprios, contrastando com a economia escravista.

1.1 Escravismo Pleno no Brasil-colônia: uma decisão econômica

Segundo Eric Willians (2012), apesar da escravidão ser um modo de produção mais caro que o trabalho livre, na época era a única forma possível de se colonizar tendo lucro. Num lugar com muita terra disponível era impossível o trabalhador livre produzir para a colônia, pois este vai optar sempre por trabalhar para si mesmo. Em “Capitalismo e Escravidão” (2012) ele exemplifica isso narrando uma anedota sobre a colônia australiana, onde havia muita terra e, por isso, assim que os trabalhadores enviados para lá chegavam, fugiam para poder trabalhar para si. Desta forma, havia uma necessidade objetiva do trabalho compulsório. O modo de produção escravista foi escolhido por uma questão econômica, não moral.

Para Willians (2012), ao contrário do que pensa o senso comum, não foi o racismo do europeu contra o africano que criou a escravidão. O modo de produção, ou seja, a escravidão, é que vai acabar por criar o racismo. Tanto que, segundo Ribeiro (1995), muito antes dos portugueses trazerem o africano para o Brasil para trabalhar na exploração de minérios e na plantation, quando a colônia servia apenas como extração, principalmente do pau-brasil, o processo de escravidão por aqui já tinha começado, mas apenas os indígenas que não se convertiam ao cristianismo eram escravizados. A escravidão tinha viés religioso.

Ainda segundo Willians (2012), a colonização europeia das Américas começa com a mão de obra de europeus degradados: trabalho compulsório de condenados, vida também miserável e sofrem muita violência. Já nas viagens sofriam maus tratos, vindos em condições semelhantes à destinada a animais. As leis europeias da época foram feitas de acordo com a necessidade de mão de obra nas colônias, a fim de garantir o envio de condenados que atendam a demanda de trabalho no Novo Mundo. A Europa, porém, não dispõe de trabalhadores suficientes para atendê-la. E é por conta dessa suposta “necessidade” econômica de mãos para o trabalho que

passaram a enviar africanos, já que possuíam colônias na África e já existia comércio de escravizados africanos. Além disso, o africano vem com uma dupla função: força de trabalho para os latifúndios e mercadoria de comércio de escravos. Desta forma, a metrópole ganhava duas vezes, criando o que ficaria conhecido como comércio triangular. O comércio triangular tinha esse nome porque envolvia três rotas: da Europa à África, da África à América e da América à Europa. Os europeus iam à África para conseguir escravos, que seriam vendidos nas Américas para trabalhar nos latifúndios que, finalmente, forneceriam matéria prima (açúcar, algodão, pedras preciosas, etc.) para a Europa. Este foi um dos principais motivos para a substituição da mão-de-obra indígena pela africana.

Moura (1994) vai dizer que, além disso, os escravos eram muito caros. Por isso era necessário potencializar ao máximo sua exploração para fazer lucro e, portanto, sua expectativa de vida dificilmente ultrapassava o tempo de oito anos. A morte de escravos era muito alta, isso aumentava a necessidade da vinda de mais escravos, tornando-se um círculo vicioso onde o comércio de escravos alimentava os latifúndios e a necessidade de produzir uma quantidade de sobretrabalho muito alta impunha um ritmo de trabalho e exploração que causavam sua morte prematura e, portanto, aumentando a demanda por novos escravos, que eram fornecidos pelo tráfico negreiro.

Na colônia eram produzidos principalmente café e cana de açúcar, além da extração de ouro e pedras preciosas, que eram enviados para a capital. Esta detinha os monopólios de comercialização com a colônia, controlando tanto os preços de lá como de cá. Desta forma, os produtos vendidos pela colônia eram muito baratos, enquanto os manufaturados que só poderiam ser adquiridos em Portugal e eram essenciais para garantir um mínimo de conforto aos latifundiários, eram caríssimos.

Além disso, a Coroa cobrava impostos altíssimos. Dessa forma, embora os trabalhadores vinham de África e a produção era realizada no Brasil, a maior parte do sobretrabalho dos escravizados ia para Portugal. Isso tudo impossibilitava a formação de um capital nacional brasileiro, enquanto a Europa, com colônias espalhadas pelos quatro cantos do globo, acumulava as riquezas⁵ que mais para a frente permitiram a formação de uma classe burguesa, do processo de transformação do trabalho servil europeu em trabalho assalariado e da revolução industrial.

⁵ No capítulo 24 do livro 1 d'O Capital, Marx vai usar a expressão "acumulação primitiva" para se referir a este sobrevalor que é produzido nas colônias e vai enriquecer a burguesia europeia

A colônia fornece matéria-prima para a metrópole e consome manufaturados lá produzidos. Desde o começo é pensado para ocupar o papel de fornecedor de matéria prima no mercado mundial:

A Colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu". (PRADO, 1990, p 22)

O próprio Prado complementa: "É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organiza a sociedade e a economia brasileiras.

Já entendemos como operava a lógica do modo de produção e da relação econômica entre colônia e metrópole: primeiramente vieram apenas extrair insumos como o pau-brasil. Posteriormente, com a necessidade crescente de mão-de-obra para trabalhar na mineração e nos latifúndios, que demandavam o trabalho de muitos homens, passam a vir portugueses e posteriormente africanos escravizados para a extração e produção de mercadorias destinadas à Europa, além de movimentarem o mercado europeu de escravizados vindos de suas colônias africanas. Com a necessidade de mais pessoas para atender as demandas do modo de produção, a sociedade que aqui se forma vai se complexificar mais do que a das colônias africanas, porém, o objetivo dentro da economia portuguesa será o mesmo: fornecedor de insumos e consumidor de manufaturas.

Na produção de conceitos que visam traduzir o fenômeno da violência na África do Século XX e XXI, Achille Mbembe e Frantz Fanon possuem uma contribuição fundamental. O diálogo de Mbembe com Fanon enriquece a compreensão dos condicionantes que o colonialismo produziu e que futuramente serão rearticulados na pós-colônia. Produto deste diálogo, o conceito de "necropolítica" emerge como subversão da noção de biopolítica foucaultiana, perpassada pelas análises sobre violência de Fanon, entre outras contribuições teóricas. A necropolítica se manifesta como submissão da vida ao poder da morte. Segundo o autor, nas capitais europeias existia uma articulação de direito, filosofias, política e ciências que prestam à violência estatal uma aparência de civilidade, dando-lhe legitimidade, e a violência era enxergada como momentos de exceção necessários para se garantir a paz e a ordem.

Já nas colônias, onde não havia uma superestrutura tão complexa, o poder era exercido de maneira mais crua e a violência escancarada era a regra.

“Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção.” (MBEMBE, 2016, p133)

Desta forma, o que, na metrópole seria considerado exceção, nas colônias era a regra. O período colonial brasileiro foi baseado no uso de toda espécie de violências mais terríveis para garantir o domínio sobre os povos escravizados, sua superexploração a produção de riquezas para a metrópole e a reprodução dessa sociedade. Essa dominação era física, psíquica e cultural. Era-lhe impedido exercer sua autonomia, ter uma identidade, mesmo sua cultura lhe era negada, criando uma desumanização do escravizado, como se ele fosse uma “versão estritamente natural”, selvagem, sem cultura, do homem: um sub-humano, um animal irracional, sem alma, como um boi ou cavalo, o que legitimou a base econômica escravista dessa sociedade, mesmo na metrópole, onde este tipo de sujeição não seria tolerado entre seus cidadãos.

1.2 Escravismo Pleno no Brasil Império - ideal de Estado escravista

Em 1808 chega ao Brasil, fugindo de Napoleão, a família real portuguesa. Com isso o Brasil deixa de ser mera colônia e a cidade do Rio de Janeiro passa a ser sede do Império Português. Com o objetivo de organizar a administração joanina no Brasil, foram criados diversos órgãos de governo, administrativos, como o Conselho de Estado e a Intendência de Polícia. A chegada do Rei faz com que a colônia se institucionalize. Torna-se, então, necessário que se conte uma história nacional, se crie um ordenamento jurídico. É justamente neste período e contexto que aqui surgem nossos primeiros museus, com um importante papel de buscar entender e explicar a história natural do Brasil estudando sua flora, sua fauna e seus povos originários, além das primeiras universidades de medicina, direito e institutos, para a produção de conhecimento nacional, criação de leis, etc.

O Brasil se torna metrópole, porém, as relações econômicas não mudam muito, com exceção da abertura dos portos à Inglaterra, pondo fim ao monopólio português.

Começa daí um processo de mudanças que vai se desenvolver até a Independência, com o fim do monopólio português e a chegada de empresas e capitais europeus, principalmente ingleses. Porém, mesmo após o “grito de Ipiranga”, a produção da riqueza social continuou a cargo dos trabalhadores escravizados, que eram superexplorados para garantir os lucros de portugueses e ingleses.

Ouvi tantas vezes na escola e nos feriados patrióticos sobre como a Independência foi uma decisão unilateral partida de um único indivíduo. Nosso famoso sete de setembro, porém, foi resultado de uma mudança no contexto geopolítico, em que rompemos com Portugal para “oficializarmos” nossa dependência da Inglaterra, a então grande potência mundial. Ao contrário de outros processos de independência e revoluções que aconteceram pelo mundo, o nosso partiu de cima para baixo, pelas elites, como forma de evitar revoluções populares e manter o Brasil na mão de uma elite agrária, do capital europeu e, principalmente, para manter uma economia escravocrata. Mudamos para permanecer igual.

É importante citarmos sobre, a despeito do que aprendi na escola, o tanto de revoltas e revoluções populares ocorreram no Brasil. Muitas com participações ou mesmo protagonizadas por povos indígenas ou negros escravizados. Movimentos que eu nunca tinha ouvido falar, e foram simplesmente “apagados” da história. Ao menos das aulas de história do nosso antigo ginásio. Desse modo perpetuou-se no senso comum uma ideia de passividade negra/indígena, povos a-históricos e sem cultura, que sem a intervenção europeia permaneceriam até os dias de hoje na idade das cavernas: no caso dos indígenas andando nus na floresta e dos africanos com ossos presos à cabeça (como as imagens imortalizadas no senso comum por desenhos e caricaturas). Interessante pensarmos como esse apagamento de protagonismo dos povos não-brancos dá ênfase a uma história branca, sem que se fale em “história branca”. É simplesmente “história”. A história do colonizador acaba por ser lida como a história do Brasil, do povo brasileiro.

Ou seja, se tornou a história de todos nós, uma história “sem cor”, “neutra”. Numa palavra, a “História do Brasil”, que nos anos 80 e 90 aprendi na escola. Que se resumia a decorar datas de eventos realizados por vontade de indivíduos (europeus/brancos) numa linha do tempo que se inicia em 1500 e vai numa linha reta ascendente, que demonstra uma linha evolutiva “civilizatória” onde, citando Gabriel o Pensador: “não aprendo causa e consequências, só decoro os fatos”. E é a junção desse apagamento, da individualização de processos históricos complexos e coletivos

e da falsa ideia de evolução civilizatória que perpetuam no senso comum uma falsa ideia de Democracia Racial. Afinal de contas, sem ouvir a voz dos colonizados é fácil nos esquecermos deles.

Mesmo Prado, um autor marxista, que serviu de referência a esse trabalho e foi uma grande referência para o trabalho de Moura, além ter sido um dos poucos que apoiou seu trabalho e suas pesquisas, no capítulo 15 (Crise do Regime Servil e Abolição do Tráfico) de seu livro “História Econômica do Brasil” (1990) descreve os escravizados vindos de África como de pouca cultura e ignorantes, sem capacidade de organização (embora ele cite a diferença de idiomas como empecilho), além de desconsiderar a participação de negros e africanos em movimentos de revolta, atribuindo-lhes uma posição passiva frente às mudanças políticas. E como se não fosse o suficiente, seria essa passividade a responsável pela perpetuação da escravidão durante todo o processo de independência da nova nação. Vejam, mesmo que ele não tivesse um posicionamento de que a escravidão era boa para o escravizado e traga insumos importantes para se entender sobre como a lógica colonialista foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo e sobre como nos legou até hoje uma posição de dependência dos países de capitalismo central, ainda assim apaga toda a importância do escravizado na dinâmica da luta de classes e das contradições que se tornarão cada vez mais latentes, impulsionando a roda da história.

Moura (1994) vai numa posição completamente contrária: como já dito lá em cima, a sociedade escravocrata, como qualquer sociedade, tinha como base o conflito, a luta de classes. Do contrário, sem contradições, sem conflitos, sem luta de classes, a sociedade de hoje seria a mesma de 200 anos atrás. E como intelectual ele pagou um preço muito caro por isso, sendo desqualificado pela academia e até pelos movimentos negros de sua época, que enxergavam a teoria freyriana como progressista. Aliás, Prado foi um dos poucos intelectuais da época que defendeu Moura e o incentivou a continuar suas pesquisas.

Falando mais detalhadamente sobre a sociedade escravocrata, que se baseia na violência, no confronto e não na convivência pacífica entre escravo e senhor: os escravizados vinham de África em navios negreiros também conhecidos por tumbeiros, em condições de tal forma degradantes que boa parte morria no caminho e os sobreviventes chegavam em péssimas condições de saúde, precisando passar um tempo em casas de recuperação antes de serem postos à venda.

Para garantir os lucros, o escravizado era colocado num sistema de trabalho de ritmo extenuante e violento, exauriram-lhe todas as suas forças e suas condições de vida eram deploráveis, ao ponto de que sua expectativa de vida na lavoura fosse de apenas oito anos. Obviamente os escravizados se rebelaram contra essa forma desumana de vida. Do contrário, não haveria necessidade de se criarem tantas formas, ferramentas e estratégias de coerção. Desde instrumentos para infligir dor, chicotadas, leis que condenavam o negro revoltoso e que protegessem o direito dos proprietários sobre os mesmos. A criação de braços armados do Estado para conter revoltas, encontrar fugidos e atacar quilombos. Contra seus senhores, respondiam à violência com violência, desde maneiras individuais, até de forma organizada, seja em rebeliões, revoltas ou formando quilombos.

Essas relações conflituosas e contraditórias moldaram a vida em sociedade. As leis foram pensadas em tentar conter esses conflitos, pesando sempre contra o lado do escravo, que era propriedade e a base da pirâmide econômica. O medo de revoltas vai criar todo um ordenamento jurídico que legitima a desumanização do negro (propriedade) e toda e qualquer violência utilizada contra ele. Além da perseguição e destruição de quilombos, como forma de manter a hierarquia social. Levando-se em conta que a reposição de escravizados, via tráfico negreiro, também era realizada de forma constante (e lucrativa), a vida do escravo revoltoso não valia muito. Na verdade, nem a do cativo. Dessa forma, a colônia (e posteriormente o império) se tornaram inseguros com um risco constante de revoltas e revoluções.

Importante ressaltar que os escravizados não eram uma massa homogênea. As diferentes formas de trabalho que ocupavam no modo de produção, algumas sofrendo mais violência, com trabalhos mais pesados como nas minas e na lavoura, outros menos pesados, como no serviço de casa e trabalho de ganho e mesmo a possibilidade de comprar sua liberdade fazia com que os escravizados também sofressem diferentes níveis de exploração e violência. Nesse sentido, era comum que diferentes grupos tivessem reações diferentes à luta pela liberdade.

Para Moura (1994), além de uma participação ativa, os escravizados eram os verdadeiros protagonistas na luta pelo fim da escravidão. Em *Dialética Radical do Brasil Negro* ele analisa o período escravocrata em dois momentos: Escravismo pleno e escravismo tardio. Que, se pensarmos por uma perspectiva do escravizado, faz mais sentido do que analisarmos os momentos Colônia-Império, já que ambos defendem e

perpetuam o mesmo modo de produção. Vejamos então as características de cada período:

a) Escravismo pleno: período que vai de 1530, quando se começa a colonização efetiva, até 1850, quando o tráfico de escravizados se torna efetivamente proibido. Nesse período o tráfico negreiro não tinha barreiras e, portanto, a quantidade de escravizados que aqui chegavam era constante. Dessa forma entendia-se que o escravizado era uma mercadoria que pudesse ser adquirida de maneira infinita e, portanto, poderia trabalhar e viver em situações das mais adversas, pois se morresse seria facilmente substituído. Apenas os negros e escravizados lutavam contra a escravidão.

b) Escravismo tardio: período que vai de 1850 até 1888. Nesse período, com a proibição efetiva do tráfico negreiro a reposição de escravizados se torna difícil, encarece. Com isso e com a possibilidade de abolição se tornando apenas questão de tempo, a dinâmica econômica, política, social e filosófica vai começar a se modificar.

E essa forma de análise utilizada por Moura em “Dialética Radical do Brasil Negro” (1994) faz todo sentido porque, segundo Marx: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral”. Nesse sentido, embora as mudanças na forma de governo (colônia-metrópole-império) tenha se modificado e isso trouxe sim mudanças para o Brasil, conforme já relatado acima, o modo de produção continuou o mesmo e, desta forma, não houve tantas mudanças na prática, salvo uma maior influência inglesa, com a entrada de capitais estrangeiros, além de uma tentativa (frustrada) de tentar forçar o Brasil a abolir a escravidão, já que era de interesse da Inglaterra que o trabalho assalariado se espalhasse pelo mundo.

As elites brasileiras, porém, criaram diversas estratégias para manter a escravidão. E com a partida de Pedro I, que deixou o filho, ainda jovem, no Brasil, as elites agrárias, que tinham interesses em mantê-la, passaram a deter o poder político efetivo. Sem falar na influência dos traficantes de escravos, que eram mal vistos pela sociedade, mas muito ricos. E a maioria dos latifundiários lhes devia dinheiro, portanto, favores. Fala-se muito, também, sobre a influência inglesa no processo de abolição. Porém, o fato do Brasil ter mantido o escravismo por tanto tempo, mesmo quando era dependente da Inglaterra, me leva a concordar com Moura (1994), para quem a luta dos escravizados, além da vida nos quilombos como contraponto à vida colonial, que em determinado momento tornam as contradições entre modo de

produção e as relações de produção insustentáveis, tiveram muito mais importância para a abolição do que a influência inglesa ou uma suposta “bondade” de princesa.

1.3 Escravidão tardio no Brasil Império: Vão-se os anéis, ficam os dedos. Na impossibilidade de se manter a escravidão, garantir a hierarquia socio-racial.

Em 1850 depois de muita resistência brasileira, o tráfico de escravos se torna efetivamente proibido (e coibido pela Inglaterra em ultramar). Como já dito, capitais ingleses estão vindo de fora para serem investidos aqui. Dessa forma, as maiores empresas, comércios e indústrias da época são estrangeiras - majoritariamente inglesa. O próprio governo brasileiro sempre que pode vai priorizá-las em detrimento de iniciativas nacionais. Embora sofra muita resistência das elites agrárias, que mandavam no país de fato, a Inglaterra passa a influenciar muito o modo de pensar. Dessa forma, cresce um movimento abolicionista apoiado por intelectuais brasileiros (muitos que estudaram na Europa).

Voltando aos meus tempos de criança, recordo como aprendi sobre os movimentos abolicionistas. Porém, olhando agora para trás, percebo como toda luta negra parece ter sido apagada da história, como se nunca tivesse existido. E não apenas a resistência dos escravizados, mas os próprios intelectuais negros foram invisibilizados. Existiram na nossa história: negros professores, advogados, escritores, entre outros, que de diferentes formas, lutaram pela abolição. Alguns exemplos de intelectuais são Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças. “Coincidentemente” eu nunca ouvi falar de nenhum deles na escola. Machado de Assis eu até ouvi falar, mas só fui descobrir que era negro em 2018!

Continuando. Com a proibição do tráfico a escravidão continua, mas há muitas mudanças. O escravo passa a ser um bem de difícil reposição e se torna extremamente caro. A abolição passa a ser uma questão de tempo. Ao mesmo tempo as empresas inglesas vão crescendo, conforme a ciência vai criando novas descobertas e possibilidades de se controlar a natureza, permitindo o avanço da burguesia na Europa, bem devagar as tecnologias também chegam aqui pelas mãos europeias. É interessante se pensar que, se na Europa as novas tecnologias permitiam o surgimento e avanço do capitalismo, por aqui contraditoriamente servem não para emancipar o trabalho escravo, mas muitas vezes para garantir a repressão aos revoltosos. Por exemplo o telégrafo permitia que cidades se comunicassem

rapidamente, de modo que negros fugidos poderiam ser mais facilmente localizados. Isso é importante para entendermos que a ciência não é neutra, serve a uma visão de mundo dominante.

Com a vinda de cada vez mais empresas inglesas, tomando conta dos principais serviços, extrações e produções, o Brasil se torna cada vez mais dependente. Sem a formação de um grande capital nacional ou mesmo interesse de uma burguesia nacional. As elites brasileiras ou são agrárias ou donas de empresas que prestam serviços secundários (ou seja, ainda assim dependentes das empresas estrangeiras). Como já dito algumas vezes, essa dependência econômica que vem lá dos tempos da extração do pau-brasil vai se perpetuar até os dias de hoje, sendo impossível - e até contrário ao interesse de nossas elites - o surgimento de uma grande burguesia brasileira. E mesmo após nos tornarmos um país capitalista, continuamos ocupando um lugar de mero fornecedor de matéria-prima na geopolítica mundial.

Outro ponto importante sobre esse período é que, sabendo-se que era questão de tempo para que o trabalho escravo fosse substituído pelo assalariado, aos poucos foram sendo criadas leis que garantiriam que se perpetuasse a hierarquia social da época, onde os negros escravizados ocupavam o lugar mais baixo da pirâmide social. Essa hierarquia também seria útil para a mudança de modo de produção, já que o capitalismo necessita de uma estratificação social. Algumas dessas leis:

- Lei de Terras (1850): no mesmo ano em que foi proibido o tráfico negreiro, foi aprovada essa lei, que passou a privilegiar a formação de grandes latifúndios em vez de pequenos lotes de terra, o que vai impedir que os libertos se tornem proprietários.
- Lei do ventre livre (1871): aprendi na escola que era uma conquista, pois todos os nascidos após essa lei eram livres. Mas na prática os bebês continuavam com suas mães escravizadas e portanto, à medida que cresciam continuariam trabalhando como escravos, porém o senhor não seria responsável pelo seu sustento.

- Lei do sexagenário (1885): também aprendi que era uma conquista. Mas o que acontecia na verdade é que, como o escravizado agora era difícil de ser repostado, havia uma certa preocupação em mantê-lo saudável por mais tempo. Por outro lado, embora fosse difícil o escravo conseguir envelhecer, agora havia essa possibilidade. E, quando acontecia, e estes não tinham mais condições de trabalhar, graças a essa lei, eram largados à própria sorte.
- Lei Áurea (1888): a abolição foi resultado de grande disputa política, embora ainda fosse de interesse da elite mantê-la, havia o medo de revoltas e de suas contradições. Mas uma coisa é certa: não foi uma decisão pensada no bem-estar dos escravizados. Não houve leis ou políticas públicas para sua inserção na sociedade.

1.4 Res publica = “coisa do povo”. Mas e quando esse povo é negro? Elite agrária contra abolição

Quinze de novembro comemoramos a proclamação da República. É um dos feriados mais importantes de nosso calendário. Assim como na semana do sete de setembro, sempre tinha alguma atividade especial na escola. No ensino primário sempre fazíamos aqueles chapéus triangulares de jornal, além de uma espada com jornal enrolado, devidamente pintados de verde-amarelo. Afinal, a República foi uma resposta a uma realeza corrupta e perdulária. Lembramos do famoso baile nababesco na Ilha Fiscal, a gota d'água.

Por mais uma dessas “coincidências” brasileiras, a proclamação foi realizada, via golpe militar (aliás, outra “coincidência” bem recorrente por aqui) apoiado pelas nossas elites reacionárias, apenas um ano após a abolição da escravatura.

Enquanto isso, como Brasil agora entrava definitivamente num processo de industrialização (com a maioria das empresas na mão do capital estrangeiro, frise-se) são criadas políticas públicas com o intuito de facilitar e mesmo bancar a vinda de mão-de-obra europeia assalariada para substituir o trabalho do negro escravizado. Mas qual a lógica disso, se já tinha mão-de-obra negra qualificada que trabalhou a vida toda por aqui?

“A história da humanidade é a história das lutas de classe.” Sendo o Brasil um país da periferia do capitalismo, um dos últimos a abolir a escravidão, onde os negros

ocupavam a parte mais baixa da pirâmide da hierarquia social, de uma sociedade onde as principais classes eram a do proprietário e do escravizado. Com o fim da escravidão, não foram criadas políticas públicas e/ou sociais que inserissem o negro na sociedade. Políticas de moradia, de educação e de trabalho, por exemplo. Muito pelo contrário: com a abolição e, conseqüentemente, o fim da perseguição aos negros por fugirem, se rebelarem e/ou aquilombarem, foram criadas leis que os criminalizavam indiretamente, como a lei da vadiagem, a criminalização da capoeira e religião. Enfim, ser negro não é mais crime, mas, se você é negro, será criminalizado por sua cultura.

Lá no capítulo 1.3 fiz menção a como as ciências não são neutras. Pois bem: por quase 400 anos de escravidão foram construídos diversos aparelhos repressivos e ideológicos para se manter essa estrutura econômica. O sistema judiciário, a educação e a religião são algumas das superestruturas criadas a partir da estrutura econômica. Nesse sentido, todo o pensamento dominante era (e ainda é) num sentido de naturalizar o modo de produção, ou seja, a hierarquia social que, por conta das características biológicas comuns à origem geográfica dos escravizados, se tornou também racial⁶. E a ciência é mais um aparelho ideológico a serviço dos interesses dominantes, importando e adaptando à nossa realidade diversas teorias racistas que procuraram desumanizar o negro, de forma que se naturalize sua posição social.

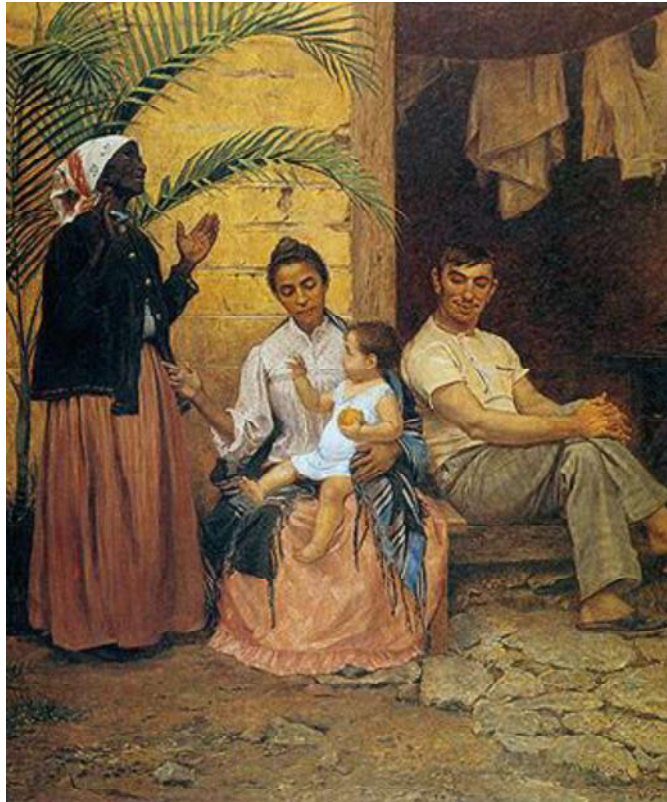
Desta forma, criou-se a justificativa de que o negro ocupa a base da pirâmide não por ser vítima de um sistema perverso, mas por supostamente ser incapaz, preguiçoso, ignorante, violento, não ter controle sobre seus instintos primitivos, enfim por sua total falta de aptidão (embora, até então, o discurso que justificava a escravidão é o de que o negro era apto àquele tipo de trabalho, que agora deverá ser ocupado pelo imigrante europeu).

O movimento higienista foi uma das principais ideologias racistas daquele período. O governo tinha um projeto de embranquecer o Brasil, através da vinda de imigrantes europeus e da esperança de que os negros diminuiriam, seja por não terem condições de garantir seus proventos, seja através da mestiçagem, já que acreditavam que a raça branca, por ser supostamente mais “evoluída” se sobressairia. O “espírito” desse tempo é muito bem representado pelo famoso quadro “A redenção de Caim”, que exemplifica o projeto de embranquecimento através da mestiçagem,

⁶ Refere-se ao conceito sociológico de raça. Sabemos que raça biológica é uma só: a raça humana

onde uma criança branca está nos braços de sua mãe “mulata”, tendo de um lado seu pai branco, de quem herdou a branquitude, e do outro lado sua avó materna, preta retinta, dando graças a Deus pela criança ter nascido branca:

Figura 2 - 'A redenção de Cam': do pintor espanhol Modesto Brocos (1852-1936)



Reprodução fotográfica César Barreto – site Enciclopédia Itaú Cultural⁷

Mas hoje, percebendo que, passados mais de 100 anos, obviamente o resultado alcançado é o oposto do pretendido (a população negra hoje representa mais da metade da população brasileira e somos o país com a maior quantidade de negros fora da África), eu prefiro me lembrar aqui dos versos de Seu Jorge (“A Carne”⁸), que não nos deixa esquecer que, esse projeto não poderia ter dado mais errado:

O gado aqui não se sente revoltado

⁷ Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>> Acessado em: 04 de jul.24.

⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=69WkfUe55PM>> Acessado em: 20 de jul. 24.

Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador é lento
Mas muito bem intencionado
Esse país vai deixando todo mundo preto
(JORGE, 1996)

Porém, se por um lado o plano de embranquecer o Brasil “deu com os burros n’água”, por outro lado, a vinda de trabalhadores europeus, foi uma poderosa ferramenta para que a divisão social do trabalho, assim como na escravidão, permanecesse sendo também uma divisão racial. E que a grande massa dos trabalhadores mais superexplorados e lumpem é, até hoje, majoritariamente negra, legando-nos os piores postos de trabalho, os hospitais psiquiátricos, as cadeias e as favelas. Finalizo o capítulo lembrando que não será coincidência que a maior parcela dos usuários do serviço social até os dias de hoje seja formada por pessoas negras.

2 SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM AS JUVENTUDES NEGRAS: ENTRE A LBA/FUNABEM E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

Como vimos no capítulo anterior, a formação sócio-histórica brasileira, baseada numa economia de trabalho escravo e eterna dependência da Europa nos legou uma ideologia racista que se adaptou de tal forma que consegue superar o fim da escravidão, tornando-se base para a nova ideologia liberal, adaptando-se perfeitamente à nossa sociedade capitalista. Dessa forma o Brasil perpetuou uma estratificação social cuja população negra continua sendo criminalizada, não tendo acesso a bens, à terra, a serviços ou direitos. E em muitos casos, nem à vida.

O capitalismo é um sistema econômico que vive de ciclos, onde os capitais que obtêm os maiores lucros terão a possibilidade de investir mais em tecnologias, com a finalidade de possibilitar o aumento da exploração do trabalhador e o consequente aumento da produção de mercadorias para aumentar seus lucros. Ocorre que nessa dinâmica as próprias condições de exploração do trabalhador pelos capitalistas (necessárias para a produção de mais-valia) vai impedir que a mais-valia se realize, ou seja, que as mercadorias produzidas sejam vendidas. De modo que se instale uma crise generalizada: o avanço da tecnologia, somado ao acúmulo de mercadorias não vendidas torna boa parte da mão-de-obra descartável, causando demissões em massa, que farão com que a população tenha ainda menos poder de compra, diminuindo ainda mais as vendas, que causarão mais demissões, num ciclo que, sem a ajuda do Estado, teria decretado o fim do capitalismo. Nas primeiras décadas do século XX, o capitalismo sofreu um colapso nos seus países centrais. Chegou-se um momento em que a crise atingiu o Brasil, que apesar de ser um país majoritariamente agrário, era totalmente dependente da economia dos países centrais.

Enquanto os países do ocidente⁹ socializavam os prejuízos de uma crise causada por capitais privados, uma grande quantidade de capitais da Europa e Estados Unidos vieram buscar investir em países fora do centro da crise. Com grande investimento estrangeiro, com a elite agrária enfraquecida pela crise e sem a concorrência dos países estrangeiros, o Brasil vai finalmente se industrializar.

⁹ Ocidente aqui não se refere especificamente aos países localizados geograficamente no lado ocidental do globo, mas aos países do centro do capitalismo mundial, que durante a guerra fria também serão chamados de “primeiro mundo”

Com um volume gigantesco de capital estrangeiro para investir na indústria e uma população recém liberta, sem direitos sociais formando um exército industrial de reserva e lumpem¹⁰ gigantesco, o processo de industrialização produziu muito rápido uma riqueza social que, seguindo nossa tradição de país dependente, não ficou no Brasil, além de uma gigantesca miséria na população, fazendo surgir diversos problemas provenientes das contradições da relação capital x trabalho (com o agravante de uma população pós-escravizada que na ideologia racista já era destituída de humanidade, cujo trabalho não deveria ser valorizado de forma alguma)”. Não é por acaso que o Serviço Social surgiu nesse período. Mas antes de falarmos sobre o Serviço Social brasileiro e seu trabalho com crianças e jovens do seu surgimento aos dias de hoje, precisamos entender um pouco sobre o que é infância e juventude no Brasil.

Historicamente a concepção de infância¹¹ é relativamente nova. Surgiu na Europa no século XIX. Até então a criança era lida como um adulto em miniatura. Com os avanços científicos nos campos da biologia e ciências sociais na Europa, a infância vai passar a ser compreendida como uma fase biológica da vida que requer cuidados, para que o indivíduo seja preparado para a fase adulta.

Essa construção histórica da criança branca europeia, por conta dos processos de colonização e imperialismo torna-se o modelo universal de infância, chegando inclusive às colônias. Ocorre que nesse período o Brasil ainda era um país escravocrata e, portanto, existia o discurso oficial de que o negro era desprovido de humanidade. Logo, se não há humanidade, como se falar em uma fase biológica da vida humana? Então a ideia “universal” de infância só valia para a criança branca. Enquanto as crianças brancas passaram a ocupar um lugar de atenção e de cuidado, as negras e indígenas continuam sendo vítimas de processos de exploração e violências (inclusive sexuais).

¹⁰ A abolição seguida do projeto higienista que incentivou a vinda de milhares de trabalhadores europeus para ocupar os postos de trabalhos que antes eram executados pelos negros, formou uma grande população de desempregados, que formarão um gigantesco exército industrial de reserva e lumpem, que tem um papel muito importante na dinâmica de exploração do capitalismo

¹¹ Como somos um país colonizado, a nossa ideia de infância é unicamente a ideia de infância do colonizador, que é universalizada. E todas as ideias de infância que quaisquer outras culturas venham a ter, são simplesmente ignoradas.

2.1 Projeto de identidade nacional. A criança faz parte desse novo ideário. Mas quem é essa criança?

Vem desde a Independência do Brasil a necessidade política de se criar um projeto de identidade nacional. Pensar o povo como um só é importante para ter consenso político: uma política nacional, um governo nacional, uma cultura nacional. E nos governos de Getúlio Vargas, que muitos consideram de um caráter “populista¹²”, esse projeto não apenas de se criar, mas exaltar uma identidade nacional terá um papel fundamental.

Nesse sentido, muitas expressões da cultura popular, como por exemplo o samba, que até então era “coisa de preto” e, como tal, associado à malandragem e criminalizado, são alavancadas ao posto de representação da cultura nacional (obviamente após passar por uma “higienização”, se tornando uma cultura também dos brancos, e de preferência que fale sobre as belezas do nosso país). Daí que surge o sub gênero “samba-exaltação¹³”. O Futebol e diversos pratos culinários são outros exemplos de representações da nossa cultura nacional. Uma ferramenta que fez muita diferença ao governo de Vargas em relação ao Império e primeira república na construção da identidade nacional foi o rádio, que permitiu a propagação e disseminação desse ideal à população de uma forma que até então era possível.

Desse projeto de criação de uma identidade nacional, também será pensado o papel da infância e juventude brasileiras, num sentido de serem objeto de cuidado e, portanto, que deveriam ser protegidas de perigos, males e vícios. Pela primeira vez a criança negra passa a ser vista como criança. Porém, há todo um processo de se idealizar a infância e juventude brasileiros, baseados em teorias biológicas racistas de base higienista, pensando a criança ideal com a criança branca, pura e inocente, que deve ser protegida do contato com crianças “delinquentes”, “lascivas” e propensas aos mais diversos tipos de vícios. Esta era a forma que a medicina da época entendia para

¹² "Populismo" é um termo muito controverso dentro das ciências sociais. Embora existam intelectuais que o usem de maneira bem específica e com critérios rígidos, no geral é usada de maneira indiscriminada e sem muitos critérios por intelectuais do espectro liberal, para se referir pejorativamente a qualquer projeto político que ofereça minimamente qualquer possibilidade de direitos à população. Não há um consenso sobre o termo.

¹³ Samba-exaltação é um subgênero do samba surgido em 1936, que tinha o papel de exaltar as qualidades do país. A primeira composição foi Aquarela do Brasil, de Ary Barroso.

as crianças negras, filhas das classes perigosas: que eram propensas a oferecer perigo à sociedade.

Dessa forma, deveriam ser separadas, tiradas do convívio social para não “contaminar” as crianças idealizadas que tinham a missão de ser o futuro do país. Então, embora o Estado brasileiro passe a reconhecer a infância negra, esse reconhecimento não vai lhe garantir o mesmo local de cuidado da criança branca. Pelo contrário. As crianças negras vieram de um rol de desproteção. Um corpo só é considerado humano se historicamente foi considerado humano. O que não foi nosso caso. Escravizados eram mercadoria e a escravidão foi justificada por séculos, por uma ideologia racial que lhes negava a humanidade. Os símbolos e estereótipos que foram construídos pela sociedade escravocrata continuam representando os corpos negros, ainda que infantis, negando-lhes a inocência que é própria das crianças.

2.2 Anos 20/30: Código de Melo Mattos / LBA

Até os anos 30 o discurso era de que o negro era cientificamente inferior. A partir daí, com a industrialização brasileira, cria-se o discurso de democracia racial. Segundo Almeida (2018), isso se dá pela necessidade de se existir um mínimo de formalidade jurídica. Para isso as pessoas precisam se tratar minimamente como iguais. Mesmo que isso ocorra meramente no campo formal. Esse discurso posteriormente justificará a superexploração do negro e as mazelas advindas do racismo estrutural como mero resultado da ação do indivíduo – a meritocracia. É um momento em que um Brasil novo, moderno, liberal tenta romper com os escombros do arcaico.

Também a criança negra passará a ser reconhecida. Se antes, no Brasil imperial, apenas a igreja executava ações mínimas num sentido de proteção à criança através dos orfanatos e casa da misericórdia, se antes a criança ficava à mercê da caridade, agora o governo criará políticas públicas voltadas para elas.

Tendo como base ideais positivistas, a ciência “neutra”, objetiva e de teor materialista surgiu contra as velhas amarras monárquicas que atravancam o avanço do país. Era a substituição da concepção metafísica pela concepção positivista. A possibilidade de a ciência transformar a sociedade também era muito bem vista pelas elites do país. Porém, entretanto, todavia, as mudanças políticas brasileiras

geralmente ocorrem de cima para baixo, para que nada mude. Como diz a expressão popular: “o novo já nasce velho”.

O que acontece é que por conta das mudanças estruturais pela implementação do capitalismo industrial no Brasil, com a vinda de trabalhadores camponeses e escravizados para as cidades em busca de trabalho, com a concentração de habitantes nas cidades grandes, também as crianças pobres e desabrigadas que se concentram nesses novos territórios se tornam visíveis. Como já visto, as crianças negras continuam carregando os estereótipos racistas que foram delegados aos negros, sendo vistas pelos cidadãos não como merecedoras de cuidado, mas como mais uma ameaça à vida nas cidades.

O principal marco desse período, em relação à infância pobre/negra, é o Código Mello Matos, também conhecido como o Código dos menores, de 1927. De caráter punitivista, não era uma ferramenta que via a criança como um cidadão especial, que merecia cuidados, mas como uma ferramenta para punir e encarcerar.

Neste contexto é que surgiram os Juizados de Menores - e o conceito de “menor”, que será dividido em duas categorias: os abandonados e os delinquentes. Esse ponto é muito importante para se entender como a ideologia racista colonial se adapta durante os anos e permanece viva: Uma coisa é o “menor”. Outra, é a criança. A criança “universal” (branca) é inocente e precisa ser cuidada. Já o “menor” (negro), que é o filho dos pobres, bandidos e vagabundos, desde pequeno já representa um perigo para a sociedade. Pois é.

Ao “reconhecer” a infância do negro, a primeira medida do governo é encarcerá-la, tentar prendê-la, institucionalizar, mantê-la longe das ruas (para manter as ruas seguras). Ainda que não esteja cometendo nenhum crime, de acordo com a visão científica da época, ela corre o risco de se corromper e, para evitar isso, precisa ser institucionalizada.

Preocupados com a criminalidade na infância, foi fundado o Laboratório de Biologia Infantil, com o intuito de se estudar o “menor”. A necessidade de mão de obra para atuar nesse segmento fez com que fossem criadas as primeiras turmas da Escola de Serviço Social no Brasil. A profissão tinha um viés positivista, com uma pretensa neutralidade e um discurso técnico.

O serviço social brasileiro surgiu nesse período, trabalhando no judiciário com os juizados de menores, tendo como base teórica a prática do serviço social e judiciário estadunidenses. Vindo de uma tradição de trabalho filantrópico, com uma

postura religiosa, as assistentes sociais terão um papel fundamental nas políticas de institucionalização de crianças e jovens negros.

Fizeram um trabalho sistematizado sobre parte da infância, junto aos juizados e à medicina higienista, ajudando na construção da categoria “menor¹⁴” e a dividindo em dois grupos: abandonados e delinquentes, sob um viés positivista com a justificativa de protegê-las das mudanças nos espaços urbanos do século XX.

A verdade é que os atravessamentos higienistas¹⁵ desses grupos de trabalho, somados aos estereótipos racistas que as crianças já tinham, além da perspectiva positivista, que dava às ações governamentais um suposto caráter neutro, científico, faziam com que as famílias negras e faveladas fossem culpabilizadas por problemas estruturais ao capitalismo e eram lidas como “desajustadas”.

A maioria dos usuários do serviço social era negra¹⁶ e a profissão vai apresentar em sua atuação soluções “morais” para “consertar” o trabalhador e adaptá-lo ao trabalho. Dessa forma, o Estado, se colocando no papel de proteger as crianças, se dava o direito de tirá-las de suas famílias e as institucionalizar. Não havia a preocupação de manter as famílias unidas ou de garantir-lhes condições para se manterem unidas. E o racismo tinha forte papel na criminalização dessas famílias pobres, que já eram vistas de antemão como fora dos padrões mínimos para garantir o futuro dessas crianças. E a institucionalização não era a melhor opção. Era só uma forma de criminalizar crianças pobres e negras e encarcerá-las antes que se tornassem efetivamente criminosas.

Em 1947 é criada a LBA (Legião Brasileira de Assistência) pela Primeira Dama Darcy Vargas, esposa do então presidente Getúlio Vargas. Com o intuito de ajudar as famílias dos soldados que foram para a Guerra. É uma organização filantrópica voluntária, de assistência fragmentada, baseada na ideia de caridade e não de direitos. O tratamento dado à juventude na era Vargas era correccional-

¹⁴ Que, assim como a ideologia racista, perdura até os dias de hoje

¹⁵ A ideologia higienista era um pensamento muito comum na medicina dos anos 20, que dizia que “bons modos” da população, de alguma forma tinham relação com o sucesso de uma nação. Então o governo ensinava e cobrava determinadas posturas tidas como corretas enquanto posturas que fugiam ao que era padrão eram execradas. As populações negras eram consideradas sujas, barulhentas e não adaptadas para viver em sociedade e por isso precisavam ser vigiadas pelo Estado

¹⁶ Na verdade a população de usuários do Serviço Social é majoritariamente negra até os dias de hoje. E esse é um eixo de discussão sobre a profissão de suma importância, que ficou em segundo plano por muito tempo.

repressiva. Ao fim do governo a opinião pública considerava o modelo cruel, desumanizante e conhecido como “universidade do crime”.

2.3 Anos 60 – Ditadura e serviço social

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, o mundo se dividiu em dois: de um lado os países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos e do outro os países socialistas liderados pela União Soviética, o que ficaria conhecido como Guerra Fria. Como forma de fazer frente à influência soviética, os Estados Unidos dão início a um plano de reconstrução da Europa e os países do capitalismo central começarão a construir um Estado de Bem-estar social - o Welfare State¹⁷. Isso será possível porque, após a Guerra, o capitalismo vai passar por um período de superlucros, tanto pela demanda europeia por todo tipo de mercadorias e infraestrutura (devido à destruição provocada pela guerra), quanto pela implementação do modelo fordista nos EUA, que permitia a expandir a produção de mercadorias de forma nunca antes vista. O período do pós-guerra ficou conhecido como os anos gloriosos do capitalismo. Os Estados Unidos tinham dado uma resposta eficiente para impedir o avanço do socialismo na Europa: os capitalistas tinham superlucros e os trabalhadores do ocidente eram cidadãos com poder de compra e direitos assegurados. Enfim, o capitalismo dava provas de ser o melhor sistema econômico possível.

O detalhe é que mesmo nesse momento mais próspero do capitalismo, o Estado de Bem-Estar Social nunca chegou ao à periferia do Capitalismo. Some-se a isso a tentativa do Ocidente, seguindo sua tradição colonial e imperialista, em manter os países do “terceiro mundo” como suas antigas colônias - a despeito da belíssima Carta dos Direitos Humanos, que dizia que todos somos iguais, parecia apenas que as populações brancas eram humanas, logo, as únicas detentoras de Direitos Humanos.

Mas isso não ia durar muito tempo. Em meados dos anos 60 o ciclo de superlucros dos países centrais vai chegando ao fim e, com a constante necessidade

¹⁷ O Estado do Bem-estar também é conhecido por sua denominação em inglês, Welfare State. Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm?cmpid=copiaecola>> Acessado em: 11/07/2024

do capital de garantir seu crescimento, os direitos sociais passaram a ser atacados de forma sistemática. O capitalismo começa a entrar em crise. É um período de efervescência cultural nesses países, surgindo diversos movimentos sociais que vão começar a questionar toda a ordem societária. Enquanto isso, na periferia do capitalismo, desde o fim da Segunda Guerra ocorrem revoluções nos quatro cantos do mundo e muitas sofrerão intervenção norte-americana, seja direta, como na Coreia, Laos e Vietnã ou indireta, patrocinando ditaduras em países africanos e na América do Sul. Com medo de que a revolução Cubana se espalhasse, os Estados Unidos apoiaram o surgimento de diversos golpes de Estado na América Latina, inclusive no Brasil sob o pretexto de conter o avanço da ameaça comunista.

Os anos 60 no Brasil também foram um período de efervescência cultural e política e de contestação, que seriam freados pela repressão da ditadura. O serviço social também questiona sua atuação, que não atendia os desafios que surgiram com as transformações da sociedade que vieram em consequência do avanço do capitalismo e como o serviço social poderia dar respostas a essas novas demandas. Segundo Netto (2017), durante a ditadura foram realizados três principais movimentos de renovação: perspectivas modernizadora, conservadora e de ruptura.

A perspectiva Modernizadora tem sua origem nos seminários de Araxá (67) e Teresópolis (70), que buscavam ferramentas e teorias modernas que dessem respostas às novas demandas do capitalismo. Porém, por conta das violentas repressões por parte da ditadura, se dará a reatualização do conservadorismo, que terá grande papel nesse período, se utilizando agora de novas teorias, mas para justificar que seu trabalho permanecesse conservador na ditadura, a despeito das mudanças sociais que o capitalismo industrial provocou no Brasil, desde a fundação da profissão. O governo da época vai combater trabalhadores, e procurar garantir um “milagre econômico” à custa de ataques a sindicatos e movimentos sociais, arrocho salarial e negação de direitos. Isso será feito à custa de uma repressão violenta contra mudanças e trabalho de assistência para garantir o mínimo de consenso. Nesse sentido, o papel do serviço social será muito importante. A profissão será institucionalizada para atender as demandas da classe trabalhadora impostas pelos militares. Passa a trabalhar diretamente nas políticas públicas, tanto no atendimento direto, quanto na elaboração dessas políticas.

Outro ponto importante sobre o regime militar é a disputa cultural e ideológica. Além da repressão a sindicatos e movimentos, há censura e repressão a tudo que vá

contra os princípios de uma suposta moral e bons costumes. Há a idealização de um Brasil perfeito cristão que luta contra as forças do mal, que tanto podem ser a figura do comunista, como do negro, da mulher emancipada, do homossexual. Nesse sentido, com a ameaça do comunismo sendo responsável por todas as mazelas e o Brasil militarizado representando toda a virtude, seria ilógico a ideia de que o Brasil é um país racista. Isso só poderia ser intriga dos inimigos da pátria, que estariam tentando enfraquecer a moral do cidadão de bem para mergulhar o país no caos e destruí-lo por dentro. Dessa forma, o regime defendia a ideologia freyriana de democracia racial.

Mesmo sofrendo uma grande perseguição, sendo espionados, os movimentos negros, que eram muitos, lutaram de diferentes formas contra o racismo. Neste período qualquer tentativa de desmistificar o racismo da sociedade era acusada de “racismo negro” e vista como crime. A resistência, neste período, precisou criar estratégias, como criar institutos de cultura negra (que era vista pelo senso comum como exotismo e folclore), ficando de fora da narrativa oficial de nossa história. Estes institutos, utilizavam estes nomes como estratégias para enganar a vigilância e perseguição estatal - o que nem sempre conseguiam - mas realizaram trabalhos extremamente importantes na luta pela redemocratização, por política e identidade negras fazendo denúncias e contando nossa verdadeira história, onde somos os protagonistas, aulas sobre nossa história, encontros com instituições e movimentos sociais de origem africana, entre outras.

Segundo Almeida (2018), no estágio do capitalismo industrial, não há a necessidade de se destruir a cultura de povos não-europeus para se garantir a dominação. Mas sim determinar seu valor e significado. Culturas hierarquizadas, descontextualizadas, vistas apenas como folclore. Um olhar branco sobre o negro reforçando visões distorcidas e estereotipadas, exotismo cultural. As culturas não-brancas, antes negadas e completamente apagadas, passam a existir, mostradas apenas como cultos e costumes exóticos: o índio puro, imaculado, o bom selvagem que protege a natureza e o negro que aguentava viver passivamente na condição de escravo, ignorante.

Como visto, o capitalismo industrial chega ao Brasil com força na década de 20/30, quando surge no mesmo período a profissionalização do serviço social para atuar nas expressões da “questão social” que surgem das contradições próprias do capitalismo. Com o tempo diversos movimentos começam a se insurgir e procuram,

de diversas formas, apresentar respostas aos problemas da sociedade. No intuito de garantir os lucros do capital, e impedir o aprofundamento mínimo de uma democracia no país, há (mais) uma ruptura no Estado democrático, permitindo a perpetuação de uma superexploração do trabalhador brasileiro.

Sem se mexer nas estruturas sociais, mantém-se a miséria, a pobreza. O “problema do menor” persiste. A instalada teocracia civil-militar vai propor formas de se lidar com isso. Nesse período, há duas importantes leis relativas à infância e juventude:

- Lei 4.513 de 1/12/64, que criou a Funabem (Fundação Nacional do Bem Estar do Menor)
- (Lei 6697 de 10/10/79), uma revisão do Código de Menores de 1927

A forma como a ditadura lidava com a juventude não era muito diferente do Estado Novo de Vargas. A Funabem tinha a função de ser a instituição de assistência à juventude, que, como o próprio nome já dá pistas, era pensada para um tipo específico de juventude: o negro e pobre. Tinha como princípio a institucionalização de “menores” infratores ou em situação de pobreza/abandono. Ademais, a atualização do código de menores não modificou seu caráter punitivista. O governo fazia campanhas de que essas instituições preparavam os jovens para se manterem no caminho do bem.

Importante lembrar que a educação da época era muito precária e grande parte da população era analfabeta. Então muitas famílias pobres, iludidas pelas propagandas estatais, inscreviam seus filhos, imaginando que teriam um futuro melhor. Pessoas ligadas ao governo faziam ligações, para conseguir vagas para os filhos das empregadas. O tratamento que essas crianças lá recebiam era desumano. Perdiam sua individualidade, sofriam das violências mais diversas. E não eram preparadas para a vida não-institucionalizada. Meninos e meninas negros, que carregavam todo o estigma construído desde quando éramos colônia. Cujos corpos nunca foram humanizados. Que historicamente sempre tiveram contato com a violência física, psíquica e sexual. Conheço antigos moradores do Morro Azul, mais velhos que eu, que passaram a infância nessas instituições. Um como “menor” infrator, outros que foram inscritos pelos pais, simplesmente por serem “menores” pobres demais para estudar na escola pública tradicional. Já ouvi relatos duros sobre essas vivências.

No fim dos anos 70 a ditadura brasileira não conseguiu manter seu “milagre econômico” e o Brasil caiu numa crise econômica com inflação gigantesca. Com isso ele perde o apoio da classe média/alta e fica insustentável se manter. Sem possibilidades de enfrentar os movimentos sociais que conseguem crescer bastante. O serviço social tem participação importante nesse período. Com a imensa demanda que o regime tinha pela assistência, os assistentes sociais passam a se formar nas universidades, onde têm contato com outras disciplinas e autores, como sociologia e ciências sociais. Nesse movimento e dentro da dinâmica de luta dos movimentos sociais por democracia (inclusive dentro de instituições religiosas), a profissão vai se desenvolver de maneira a questionar seu fazer profissional, suas metodologias e teorias, tendo um papel fundamental nas lutas pela redemocratização.

Foi aí que surgiu a perspectiva de ruptura, que vai pensar uma prática profissional inteiramente nova e descolada de sua origem conservadora. Em 1985 a ditadura se encerra oficialmente, porém, há uma eleição indireta para presidente. A primeira eleição presidencial livre de verdade ocorreu apenas em 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello.

2.4 Redemocratização: CF, Direitos sociais, ECA e SGD de crianças e adolescentes

E será nesse período de grande ebulição, com o fim da ditadura, com os mais diversos movimentos sociais organizados e com grande apoio popular e sob a perspectiva de novas eleições livres que, em 1988, será formada uma Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição Federal, que ficará conhecida como a “Constituição Cidadã”, devido ao seu teor democrático e progressista, visando a construção de um Estado de Bem Estar Social no Brasil.

Embora a Carta Magna tenha muitos avanços que justificam a alcunha de “Cidadã”, em determinados aspectos ela também possui algumas características que defendem os interesses da propriedade privada. Isso foi resultado de uma Constituinte formada por atores dos mais distintos espectros políticos, que foi objeto de disputa dos mais diversos interesses. Ao mesmo tempo que os partidos de esquerda e movimentos sociais tinham muita força, a burguesia que se beneficiou da ditadura e abandonou os militares lutava para manter seu domínio com uma grande bancada. Esse foi um período importante para o Brasil, onde as forças políticas disputavam

abertamente, seja pelo avanço da democracia, seja pela manutenção dos privilégios seculares.

De qualquer forma, foram dados passos importantíssimos, como por exemplo, tornar a saúde um direito universal, que a assistência social fosse prestada a quem dela precisasse, que todo cidadão passou a ser igual perante a lei e a presunção de inocência ou a função social da propriedade. Muitos desses avanços, porém, dependiam da criação de legislações específicas, porque a Constituição não trazia elementos suficientes para pô-las em prática imediatamente.

Foi o caso da proteção da infância e juventude. A partir de 88 a criança e adolescente finalmente se tornam reconhecidos como cidadãos. E passa a ser obrigação da sociedade como um todo (Estado, família, sociedade civil) garantir o cuidado, proteção e acesso a seus direitos. Mas apenas dois anos depois, em 1991, é que foi criado um conjunto de ordenamento jurídico específico - o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). O serviço social teve importante papel na luta pelos direitos das crianças e adolescentes. Trecho retirado de artigo no site do CRESS-PR¹⁸:

O Serviço Social é uma das categorias que participou ativamente das articulações para construção e aprovação do ECA há mais de 30 anos, com objetivo de oferecer às crianças e adolescentes a oportunidade de viverem plenamente os direitos de acesso à educação, cultura, esporte, lazer, qualidade de vida, moradia, assistência médica, alimentação, à convivência familiar e comunitária, à liberdade, ao respeito, à dignidade, entre outros. As proteções legais desenvolvidas para crianças e adolescentes são tão importantes pois são consideradas pessoas vulneráveis, que não têm plena capacidade de entendimento das consequências de seus atos. (CRESS-PR, 2021)

Ocorre que o Estado de Bem Estar Social nem saiu do papel. Apenas um ano após a Constituinte, nas eleições de 1989, Fernando Collor de Mello, um representante tradicional das elites brasileiras, foi o primeiro presidente eleito democraticamente desde 1960. E, seguindo a cartilha neoliberal que já estava em voga nos Estados Unidos e na Europa desde a crise econômica dos anos 70, assim

¹⁸ Disponível em: <<https://cresspr.org.br/2021/10/11/qual-o-papel-do-servico-social-na-luta-pelo-direito-das-criancas/>> Acessado em 03 de jul.24.

que assumiu o cargo começou uma imensa campanha midiática para o desmonte e privatização do Estado.

A mídia brasileira fez o trabalho de vender a ideologia neoliberal para a população, relacionando tudo que era público a lento e ineficiente. E tudo o que era privado seria eficiente. A própria campanha presidencial de Collor foi toda baseada na ideia de se perseguir os funcionários públicos que ganhavam muito e não trabalhavam, tornando o Estado menos oneroso, mais enxuto e dinâmico. Se denominava “o caçador de marajás”.

Embora não tenha conseguido terminar o mandato, devido a escândalos de corrupção, seus sucessores Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso deram continuidade e expandiram seu projeto de desmonte do Estado, privatizando diversas empresas estatais, inclusive empresas de setores estratégicos, como de minas e energia, com a desculpa de que as privatizações eram necessárias para pagarmos a dívida externa. Ocorre que as mesmas aconteceram de forma não muito claras, com as empresas sendo vendidas por valores irrisórios que mal pagavam os juros da dívida. Geralmente para empresas estrangeiras. E muitas vezes pagas com empréstimos do BNDS. Ou seja: nos tornamos ainda mais dependentes do capital estrangeiro, por não termos mais as empresas vendidas, o dinheiro recebido não era suficiente para pagar a dívida, e nem ao menos pode-se falar realmente em “dinheiro recebido”, já que era emprestado pelo próprio Estado. Mudou alguma coisa do Brasil-colônia até aqui?

Com o avanço do neoliberalismo toda a classe trabalhadora perde. Tem seu poder de compra diminuído, suas condições de trabalho pioram. Mas a parcela mais pobre dessa classe, a que ocupa a base da pirâmide social, que já tinha as piores condições de vida, ou seja, as populações negras e indígenas, são as primeiras a perder direitos. Aumenta o desemprego, o acesso à moradia fica ainda mais difícil, o acesso à saúde, educação, à água, à eletricidade, à segurança se tornam muito mais difíceis. A desigualdade social cresce de forma exponencial. Os serviços públicos são sucateados. As políticas de assistência se tornam fragmentadas e insuficientes. E as propostas oferecidas pelo Estado para superar os problemas causados pelo neoliberalismo é mais neoliberalismo. Criando um ciclo perverso que permita ao capital financeiro garantir seus lucros à custa de cada vez mais miséria e desigualdade. Cresce a violência de modo geral, mas principalmente nos territórios de mais vulnerabilidade social (seja pelo surgimento de grupos criminosos, seja pela

repressão do próprio Estado, para impedir qualquer tipo de levante e/ou insurreição). E cresce junto o medo, a desesperança, o ódio, a intolerância.

E a juventude negra mais uma vez fica pelo caminho. Embora tenha direitos no papel e a sociedade tenha a obrigação de garanti-los (também no papel), ela continua sendo vista como uma “não-criança”. Ou, como diz Sueli Carneiro (2023), um “não ser”. Não lidos, vistos e percebidos como juventude. Continua sendo vista pelo Estado e pela sociedade como os filhos das classes perigosas, que não são humanizados, que representam perigo para a sociedade.

Continuam com dificuldades de acessar educação de qualidade (embora o acesso às escolas públicas tenha se tornado mais fácil, como as classes médias não estão mais na escola pública, esta é cada vez mais sucateada, faltando professores e infraestrutura adequada), de acessar a saúde pública (embora o SUS tenha tornado o acesso à saúde universal, e é um sistema que é referência no mundo, no neoliberalismo tem sido cada vez mais sucateado para dar espaço à saúde privada).

No capitalismo a mesma dinâmica que produz riquezas, produz miséria, desigualdade e exploração. A possibilidade de insurreição da classe trabalhadora é contida principalmente de duas formas: assistencialismo e repressão. Além de toda uma construção ideológica que justifique que as coisas sejam como são. Na escravidão a ideologia racista justificava que homens, mulheres e crianças fossem desumanizados e escravizados. No capitalismo, a ideologia liberal individualiza e culpabiliza os sujeitos por questões estruturais.

Com o aumento exponencial das expressões da “questão social” frente ao avanço neoliberal, e as políticas assistencialistas cada vez mais fragmentadas, sem conseguir dar respostas efetivas, ao fim da ditadura o Estado substituiu¹⁹ o medo comunista pela célebre guerra às drogas²⁰ como uma forma de justificar a criminalização dos territórios e populações mais pobres. Além disso, como as populações negras, historicamente sempre foram desumanizadas e sobre elas recaíram estereótipos de bandidos e vagabundos, reforçar esses símbolos era uma

¹⁹ Na verdade, o combate às drogas vem desde o início da industrialização, como uma forma de controle social e apassivamento do trabalhador e foi intensificada durante a ditadura, seguindo as diretrizes estadunidenses. Mas, ao fim da ditadura, o combate aos grupos agora organizados será mais utilizado como uma ferramenta ideológica para criminalizar o negro, que é sempre visto como o “traficante” - logo, criminoso - enquanto o branco é sempre visto usuário - logo, no máximo, num lugar de quem precisa de ajuda.

²⁰ Cujas facções criminosas começaram a se formar e se organizar na ditadura.

maneira de se obter consenso frente à opinião pública para justificar a militarização do Estado, a repressão, os confrontos armados e o encarceramento em massa da população negra.

Como já pontuado anteriormente, a juventude negra não escapava a esses estereótipos e era igualmente criminalizada, pois se o negro não tem humanidade, tampouco tem infância. A mídia, a ciência e a literatura tiveram e tem papel fundamental na manutenção do racismo no imaginário popular, seja através de livros, jornais e revistas, e mais recentemente com novelas, onde o negro só aparece como escravizado, bandido ou empregada doméstica, e de programas “jornalísticos” que glamourizam a ação truculenta da polícia e perpetuam a imagem do adolescente negro favelado traficante, que se utilizaria de sua condição de “menor” para cometer crimes impunemente

E mesmo com a eleição de Luís Inácio “Lula” da Silva, o primeiro presidente de esquerda de toda a história do Brasil, ex-metalúrgico e sindicalista, em 2002, embora tenham sido realizadas diversas políticas importantes de inclusão social, como nas áreas de moradia, saúde, assistência e educação, não houve mudanças estruturais. O governo petista adotou uma política de conciliação de classes contraditória, que fortaleceu a burguesia. Ao mesmo tempo que realizou políticas de aumento real do salário mínimo e de cotas nas universidades, que foram fundamentais para a população negra viver um pequeno período em que o poder de compra lhe permitia pela primeira vez o acesso a bens básicos e a vislumbrar uma possibilidade de ascensão social, criou uma lei de drogas que fez com que o encarceramento de jovens negros disparasse.

E é em meio a essas contradições que, em 2006, 18 anos após a Constituição que tornou as crianças e adolescentes cidadãos de direito no papel, surge o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, para fortalecer o Estatuto da Criança e do Adolescente e garantir a proteção integral da criança e adolescente, nos moldes da nossa Carta Magna. É articulado de 3 formas: a promoção, o controle e a defesa dos direitos, num trabalho em rede que envolve diversas instituições públicas e conselhos, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Os assistentes sociais, que desde o fim da ditadura tem se articulado em diferentes frentes, de uma forma geral abandonando seu passado conservador e seguindo uma linha crítica à estrutura capitalista, tem papel importante na luta pela democracia e acesso a direitos, desde a Constituição, passando pela construção do

ECA e da participação no SGDCA, que são instrumentos importantes no trabalho profissional em busca do acesso de direitos aos jovens usuários. Mas será que, diante de todas as especificidades e contradições da dinâmica de nossa sociedade, isso tem sido suficiente para permitir que o jovem negro finalmente seja visto como realmente é, uma criança ou adolescente que necessita e tem o direito de receber cuidado, atenção e proteção? Que enfim venceu os estereótipos raciais que se perpetuam há quase 4 séculos?

3 NOTAS IMPORTANTES PARA COMPLEMENTAR O DEBATE: O QUE DIZEM OS DADOS

Segundo o Atlas da Juventude de 2021:

“Estima-se que existam aproximadamente 31 milhões de jovens negros e negras no país (IBGE, 2012b). De acordo com dados da PNAD Contínua de 2019, a distribuição de jovens brasileiros por cor ou raça foi de 51% pardos + 10% negros. O padrão de desigualdade por cor/raça e nível de escolaridade é demonstrado na medida em que ter menor escolaridade, residir em localidades mais pobres e ser negro aumentam as chances de homicídio e de uma gravidez na adolescência. Em 2018, no Brasil, a taxa de homicídios entre homens negros era quase o triplo da observada entre os homens brancos. Além disso, independentemente da região do Brasil, adolescentes com baixa escolaridade e negras apresentaram mais chances de estar grávida na adolescência do que meninas não negras.” (Atlas da Juventude, 2021)

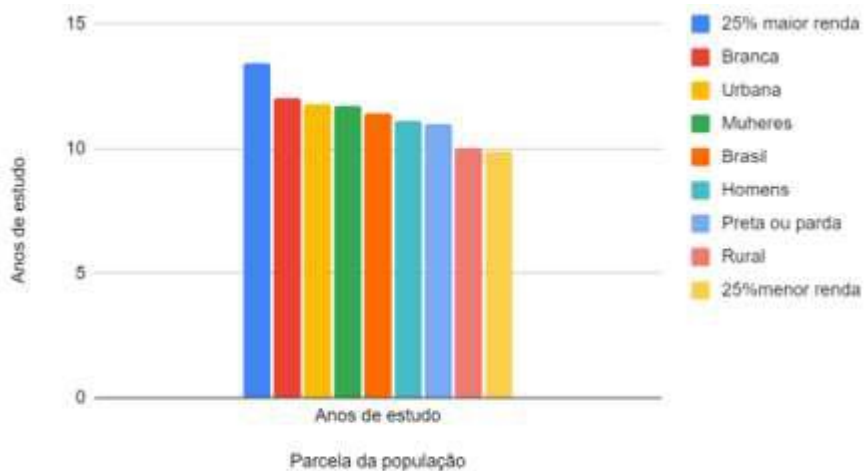
Portanto, os primeiros dados importantes para fazermos as análises de acordo com a proposta deste trabalho, são os que demonstram como a população de jovens se divide racialmente. Complementando as informações acima, segundo o Atlas, em 2019 a juventude brasileira era dividida em: 61% de negros (51% pardos + 10% pretos), 38% brancos, 0,5% de amarelos e 0,4% indígenas.

3.1 Educação

Agora vejamos o que o Atlas diz sobre Educação e Saúde:

O tempo médio de estudo no Brasil, por anos, da população de 19 a 29 anos em 2019

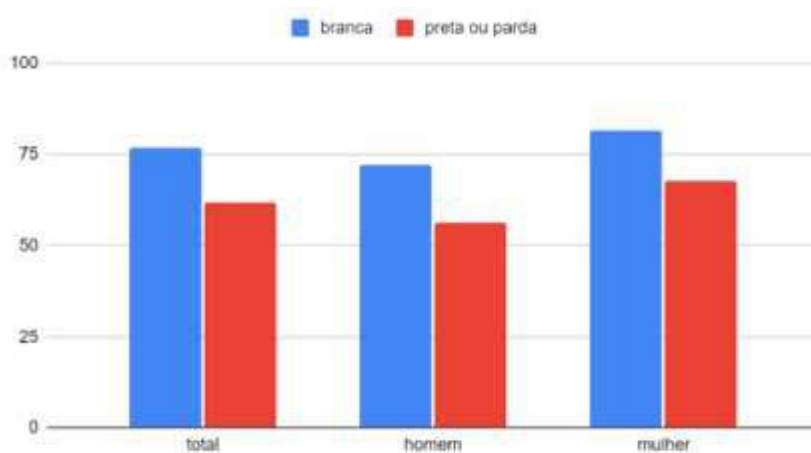
Gráfico 1 – Tempo médio de estudo no Brasil por anos



Fonte Censo da Educação Superior de 2019 (Inep, 2019):

Dessa forma, podemos observar no gráfico 1 como a renda, território, raça e gênero influenciam no tempo de estudo. Sendo a renda o fator que faz a maior diferença (3,5 anos), seguido dos territórios urbano e rural, que tem uma diferença de 1,8. Embora os outros fatores não tenham uma diferença muito grande, essa diferença existe. Enquanto a juventude rica, branca, urbana e/ou feminina está um pouco acima da média brasileira, a juventude masculina, preta ou parda, rural e/ou mais pobre seguem abaixo.

Gráfico 2 – Taxa de conclusão do Ensino Médio



Fonte Censo da Educação Superior de 2019 (Inep, 2019)

No gráfico 2, referente à taxa de conclusão do ensino médio no ano de 2018, temos um total de 76,8% em relação aos jovens brancos e 61,8% dos jovens negros. Se analisarmos, homens e mulheres separadamente, verificamos que, corrobora os dados do primeiro gráfico: as mulheres estudam mais que os homens. sendo que, tanto no caso das mulheres (81,6% x 67,6%) quanto no dos homens (72% x 56,2%), a juventude branca teve uma taxa maior de conclusão do ensino médio:

E finalizando, em relação à taxa de atendimento escolar nas populações de 15 a 17 anos, por sexo, raça e renda domiciliar per capita no Brasil de 2018. Veremos que também nessa faixa etária o atendimento escolar é maior à mulher do que ao homem (91,8 x 90,8), ao branco mais que ao negro (92,8 x 90,4) e ao rico muito mais do que ao pobre (98 x 86,7). E, mais uma vez, a renda tem o maior diferencial.

3.2 Saúde Mental:

Sobre saúde mental, o Atlas não traz, como em relação à educação, dados quantitativos referentes a atendimentos de maneira específica (por exemplo “foram realizados “x” atendimentos e desses atendimentos, “y” foram realizados com usuários de cor “z”). Por outro lado, traz informações essenciais que podem nos dar um embasamento para, relacionando com outras informações, procurarmos entender um pouco sobre questões da juventude brasileira. Desta forma, transcrevo os tópicos retirados do Atlas da Juventude de 2021²¹, páginas 210 e 211:

- 75% dos transtornos mentais em adultos começam entre 12 e 24 anos e perduram na vida adulta em forma de funcionamento psicossocial pouco adaptado (LEWINSOHN; KLEIN; SEELEY, 2000); dificuldades no trabalho, na família, nos resultados acadêmicos e em relacionamentos interpessoais (KESSLER; WALTERS; FORTHOFFER, 1998; WEISSMAN et al., 1999)
- A depressão reduz a capacidade de adaptação dos indivíduos e possui maior prevalência entre os jovens. Aproximadamente 21 a 28% dos adolescentes experimentam um episódio de depressão grave até os 19 anos de idade (ABUWALLA et al., 2018)
- O suicídio é preocupante no período da juventude, principalmente entre jovens de 15 a 24 anos. Para cada jovem que comete suicídio, pode haver de 100 a 200 tentativas de suicídio. Para alguns grupos de jovens – incluindo aqueles que estão envolvidos nos sistemas de justiça, LGBTQIA+, indígenas e membros do serviço militar –, a incidência de comportamento suicida é ainda maior. Pais, tutores, familiares, amigos, professores, líderes comunitários e muitos outros podem desempenhar um papel na prevenção do suicídio e no apoio às juventudes (BJS, 2014).

²¹ Disponível em <<https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>> Acessado em: 04 de jul.24.

3.3 Violência:

Sobre violência, as informações foram buscadas no Atlas da Violência de 2023, que traz informações muito importantes com dados bem específicos. Porém, embora haja informações relacionadas ao quesito raça/cor, não há o cruzamento dos dados relativos a raça com a faixa etária. Dessa forma, reproduzo as informações relativas à violência contra o negro e, em seguida, da violência na infância e juventude.

Segundo o Atlas, homens e mulheres negros lideram todos os rankings de assassinatos no Brasil. Não apenas pelas dinâmicas da violência cotidiana, mas por conta do racismo estrutural que agrava as condições de vida do negro em todas as dimensões, maior desemprego e miséria, influenciando no cenário de mortes dessa população:

De 2011 a 2021, 445.527 pessoas negras foram assassinadas. Apenas em 2021 ocorreram 36.922 casos de homicídios de pessoas negras (77,1% das vidas dos homicídios). Desses, 2.601 casos de homicídios de mulheres negras. A cada 100.000 habitantes há 31 homicídios de pessoas negras x 10,8 de pessoas não-negras. A cada 100.000 habitantes há 4,3 homicídios de mulheres negras x 2,4 homicídios de mulheres não-negras. A violência letal mata 4,22 pessoas negras por hora (média). O risco de um negro morrer assassinado é 2,9 vezes maior do que o risco de um não-negro.

Em relação à juventude, as informações também são alarmantes. Em 2021, de cada 100 jovens entre 15 e 29 anos mortos, 49 foram vítimas de violência letal. Segundo o Atlas, entre 2011 e 2021 foram assassinados: 326.532 jovens entre 15 e 29 anos, 2.166 crianças de 0 a 4 anos, 7.396 crianças de 5 a 14 anos e 97.894 jovens de 15 a 19 anos (38% dos óbitos entre adolescentes em 2021).

Sobre violência na escola, entre 2009 e 2019 o número de estudantes que relatam ter sofrido bullying subiu de 30,9% para 40,5%. Ainda sobre violências na escola: 62,9% das crianças do ensino médio e 74% do fundamental se sentiam tristes ou negligenciadas. Para crianças de 0 a 4 anos, a negligência representa 42,8% das violências notificadas para o período de 2011 a 2021. Saltou de 5,4% em 2009 para 11,4% em 2019 a proporção de estudantes do ensino fundamental que deixaram de ir à escola por causa de sensação de insegurança.

Sobre violência sexual, entre crianças e jovens, 41,3% dos indivíduos violentados têm entre 0 e 4 anos; e 39,9% estão na faixa de 5 a 15 anos.

3.4 - Sistema Socioeducativo:

De acordo com dados do último Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2019c) em novembro de 2017, havia 26.109 jovens em privação ou restrição de liberdade no Brasil. Sendo 96% dos jovens em atendimento fechado do sexo masculino. Desses adolescentes, 40% são negros, 24% brancos, 0,8% amarelos e 0,2% indígenas. Há um lapso no quesito raça/cor em 36% Não houve dos casos registrados (BRASIL, 2019c).

Ainda segundo Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, há várias semelhanças entre o perfil do jovem atendido em medida socioeducativa e a população carcerária do Brasil, que em 2019 possuía 44,8% de sua população entre os 18 e 29 anos. Assim, podemos afirmar que os jovens representam quase metade da população carcerária adulta do país. O perfil atual da população carcerária também se assemelha no perfil racial (63,64% de pretos e pardos) e de gênero (94,43% homens). Além disso, é importante destacar que a grande maioria dos jovens cumpriam medidas por atos infracionais que não atentaram contra a vida (BRASIL, 2019c), a maioria dos jovens cumpria medida por conta de roubos (38,1%) ou devido ao cometimento de tráfico de entorpecentes (26,5%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS – ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Os dados socioeconômicos são essenciais para entendermos como as expressões da “questão social” se apresentam na vida material da juventude negra do Brasil. Nesse sentido, além do material produzido pelo Estado, há por parte de coletivos e associações e ongs a iniciativa (e necessidade) de coleta de dados para pleitear políticas públicas específicas²². Acredito, porém, que os dados apresentados neste trabalho nos permitem trazer elementos importantes para o debate.

Como vimos, a maioria da população brasileira é negra. A parcela da juventude que tem menos acesso à educação é formada por homens, pobres, negros, de áreas rurais. E sem acesso a uma educação de qualidade é muito mais difícil vencer as dificuldades herdadas de nosso passado sócio histórico e ascender socialmente. Os dados aqui apresentados corroboram o que foi exposto nos capítulos 1 e 2, já que renda, território, raça e gênero interferem diretamente no acesso à educação.

A educação no Brasil sempre foi uma questão delicada. O acesso sempre foi para poucos. Foi somente nos anos 90 que o ensino médio se tornou obrigatório, tornando-o mais acessível à população. Porém, é também nesse período que, dando seguimento ao projeto neoliberal, se dá o maior processo de privatizações que se tem notícias, além do sucateamento de tudo que é estatal.

Devido à lógica mercadológica do capitalismo neoliberal, a classe trabalhadora, sobretudo os da periferia, não têm acesso aos direitos mais básicos, pois estes são também transformados em mercadoria. São oferecidos de forma fragmentada, precarizada e muitas vezes pelo terceiro setor, seguindo uma lógica de gestão governamental gerencialista, onde o Estado não se coloca como ente exclusivo com a obrigação de oferecer direitos aos cidadãos com a consolidação do neoliberalismo brasileiro durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Na época, ocorreram diversos discursos ideológicos orquestrados pelo ideário neoliberal tais como o Estado sendo ineficiente, corrupto, incapaz, de que a máquina pública está falida. O discurso é de um projeto hegemônico gerido por ideólogos, intelectuais orgânicos da burguesia do grande capital sobre a narrativa que visa

²² Por exemplo, quando o Censo 2021 foi suspenso, na comunidade do Morro Azul os moradores se reuniram e fizeram seu próprio “censo”, a fim de se entender suas principais demandas para cobrar dos candidatos que lá aparecem em época de eleição. Outro exemplo é o Projeto De Olho na Maré, realizado desde 2016 pela Redes da Maré, como uma forma de sistematizar dados sobre a violência ocorrida no complexo de favelas do território, como uma forma de monitoramento da violência e construção de narrativas contra-hegemônicas sobre a política de segurança pública do Estado.

reduzir o tamanho do Estado para ter mais eficiência, uma máquina imensa e inoperante, sendo necessário abrir espaço para o investimento privado.

Desta forma, quando a juventude negra começa a ter um acesso maior à educação, a mesma perde muito da qualidade, seja pela falta de investimentos, seja pela diminuição de concursos públicos, de modo que não há profissionais suficientes e com condições de trabalho que lhe permitam se dedicar. A classe média simplesmente passa a colocar seus filhos nas escolas privadas, motivo pelo qual as escolas públicas se tornam quase que exclusivamente da população mais pobre, logo, qualquer investimento passa a ser visto como gasto. Além disso, nossa educação nunca foi “libertadora”, apenas o mínimo necessário para nos tornarmos aptos a executarem trabalhos genéricos sem reclamar. Ainda assim, a educação hoje ainda é privilégio. O fato da classe social ser um fator que faz um diferencial tão grande no acesso e tempo de estudo, é prova cabal disso.

A privatização de serviços antes oferecidos pelo Estado, o sucateamento dos poucos serviços que ainda são oferecidos, além do fim de diversos direitos trabalhistas atingem primeiramente a classe mais pobre, que são os trabalhadores negros, que já são desvalorizados. São os primeiros a serem demitidos. Passam a ter um acesso cada vez mais difícil à saúde, educação, moradia e trabalho. Suas condições de vida são as que mais pioraram nesse quadro, jogando-os às favelas, tonando-os sem-teto, tirando-lhes a perspectiva de conseguir dar a volta por cima. E, envenenado com as propagandas neoliberais produzidas pelo Estado e pela própria imprensa, tende a individualizar os problemas e não os percebe como estruturais.

Um ponto importante a ser discutido sobre a população negra e em especial a juventude negra, é a violência, que nos acompanha historicamente, desde que o primeiro africano aqui chegou, via navio negreiro. Em relação à violência, vimos que o homem negro é disparado a maior vítima de mortes violentas. O quanto a perpetuação dos símbolos e sinais racistas, que desumanizam o corpo negro e naturalizam sua exploração, violência e assassinato, tem relação direta? E o entrelaçamento com todas as dificuldades impostas pelo capitalismo neoliberal que atinge primeiro e de maneira mais forte o povo negro? A violência contra a juventude também é uma realidade naturalizada (e incentivada!).

O racismo é uma ideologia extremamente complexa e adaptada à lógica do capitalismo periférico. Enquanto a mulher negra é vista ora como empregada doméstica, ora como uma mulher lasciva e voluptuosa, sempre pronta a oferecer

prazer para o homem (ambos os símbolos são resquícios bem vivos e óbvios do Brasil escravocrata), os símbolos racistas do homem negro são de um trabalhador sem valor, que não pensa direito (logo, apto apenas para o trabalho braçal), preguiçoso (logo, mesmo para um trabalho desvalorizado, e tiver como colocar uma pessoa branca, é preferível) ou que não consegue se adaptar à vida civilizada e representa perigo para a sociedade, pois rouba, mata e estupra. Com o avanço neoliberal, que causa o aumento da miséria, do desemprego, da violência, do uso de substâncias psicoativas como formas de se escapar a essa realidade.

A imprensa sensacionalista nos apresenta diariamente o responsável por todos esses males cotidianos: o suposto assaltante, o suposto traficante de drogas, o suposto criminoso, que, ao aparecer na tela, deixa de ser suposto, ao menos no imaginário popular: “E pra quê ter julgamento, processo penal? Não estão vendo a cara do meliante ali? Descalço, sem camisa, faltando um dente, pobre, preto. Um cara desse não pode ser boa gente! Afinal, é preto! Gastar dinheiro público com um monstro desse?” O apresentador, de olho na audiência, ainda comemora sempre que um “cpf é cancelado”. O governo, de olho nas eleições e num bode expiatório para os problemas que ele não pode, não sabe como e não quer resolver, também vende o assassinato de bandidos como solução, como política pública. E no imaginário popular, há quase 400 anos, o bandido tem cor e territórios definidos.

Pronto, está justificada a produção (perpetuação?) de uma política de segurança pública cuja instituição que foi criada para perseguir o negro fugido nos quilombos, agora persiga o negro pobre nas favelas.

O corpo negro jovem é, no imaginário popular, o perfil “padrão” do traficante de drogas: já chegou a uma fase da vida em que não estuda mais, mas não consegue arrumar trabalho. Segundo notícia de 02/04/2024 do site R7, entre 2017 e 2023 a população carcerária brasileira aumentou 21%. No final de 2023 existiam mais de 852 mil presos no Brasil. E a maioria dos presos no Brasil - somados os sistemas carcerário e socioeducativo - é formada por jovens negros.

A juventude favelada convive desde pequena inserida nesse contexto de violência cotidiana de seus territórios, da pobreza e dificuldade de acesso a equipamentos de saúde. Também vive sob uma ideologia que diz que ela não tem valor, seja por carregar todos os símbolos de estereótipos raciais, seja por não ter poder de compra. A falta de referências de negros de sucesso, seja por conta do apagamento histórico, seja pelo papel da tv em perpetuar a associação de símbolos

positivos à branquitude e símbolos negativos à negritude (as novelas mostram um Brasil mais branco que a Europa²³ e os telejornais dão ênfase à criminalidade das favelas, mas não aos crimes de colarinho branco), além dos diversos exemplos de amigos, parentes ou conhecidos vitimados pela violência, afeta-lhes a saúde mental.

E no caso dos meninos ainda vivem sob uma constante sensação de iminência de morte ou institucionalização. Dito isso, diante de todo esse processo de desumanização, é fácil entender como o racismo (e conseqüentemente o próprio capitalismo) podem ser adoecedores, gerar ódios e/ou frustrações psíquicas. E as masculinidades negras não são foco da proteção social.

É muito difícil manter-se são em um mundo doente. Dizem que quem está plenamente adaptado a esse mundo é o verdadeiro doente. Diante de realidades cada vez mais difíceis, é fácil perder as esperanças, se anular ou ceder ao ódio. Neste momento que escrevo, acabo de saber que os policiais responsáveis pela morte do menino João Pedro²⁴ (14 anos), há 4 anos, foram absolvidos. Na época em que foi morto, meu filho tinha exatamente sua idade. Como manter “distanciamento”, “neutralidade”, num momento como esse? Como não sentir ódio?

No dicionário, ódio é definido como “antipatia ou aversão. Trata-se de um sentimento negativo em que se deseja mal ao sujeito ou ao objeto odiado, relacionado com a inimizade e a repulsa...”. Porém, o ódio em si não necessariamente é ruim. E pode ser o ponto de virada para se realizar mudanças. A questão é como se lida com ele.

Segundo Iamamoto (2000), as expressões da “questão social”, o objeto da atuação do assistente social, são situações extremas resultantes da relação capital x

²³ Embora isso venha mudando nos últimos anos com artistas e intelectuais negros (além de, mulheres, lgbtqi+ e em menor quantidade PCDs) começando a ocupar lugares de destaque na literatura, tv e cinema, em papéis menos estereotipados, geralmente a representatividade televisiva ainda é muito pequena e superficial. Os editores, produtores, diretores, enfim, as pessoas que escolhem as histórias que serão contadas e que contam essas histórias, ainda são brancas. Sem contar como marcas multimilionárias utilizam a imagem de “minorias” para passar uma imagem progressiva e preocupada com o bem comum, mas cujas práticas neoliberais financiam a exploração e ataques a direitos que prejudicam milhões de trabalhadores negros.

²⁴ João Pedro morreu durante uma ação conjunta da Polícia Federal e Polícia Civil. Na ocasião, o jovem brincava em casa com amigos quando, segundo familiares, policiais chegaram atirando. O menino foi atingido por um disparo de fuzil pelas costas e foi socorrido de helicóptero, mas não resistiu.” <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/10/policiais-acusados-pela-morte-do-menino-joao-pedro-sao-absolvidos-pela-justica#:~:text=Os%20agentes%20Mauro%20Jos%C3%A9%20Gon%C3%A7alves,f%C3%BAtil%2C%20e%20respondiam%20em%20liberdade.> (Acessado 1/07/2024)

trabalho que geram tensionamentos que poderiam desencadear revoltas. Por muitos anos o assistente social cumpriu a função de apassar estas tensionamentos, de modo que possibilite a perpetuação do modo de produção capitalista:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos que experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. (IAMAMOTO, 2000, p.23)

Dessa forma, o serviço social da atualidade, comprometido com um projeto societário de superação da exploração do capitalismo e que luta pelo fim de todas as opressões e preconceitos, não deve reprimir ou apassar ódios e frustrações originados nas próprias estruturas sociais, mas buscar formas de canalizar esse ódio, essas frustrações, através de práticas que permitam que esses jovens negros desenvolvam sua autonomia e consciência de classe.

Seja através da arte, do esporte, da consciência de classe/racial, etc... Mas não individualmente, pois não são questões individuais e, portanto, qualquer saída precisa ser coletiva. Nesse sentido o papel educador da profissão deve ser de explicitar isso e estimular saídas coletivas. Estimular a formação de movimentos sociais voltados à juventude. Transformar as formas inconscientes de resistência e rebeldia em formas conscientes de resistência coletiva que realmente contestem o status quo. Esse é um grande desafio para a profissão. Mas existem diversas experiências com resultados positivos que podem inspirar estratégias de resistência:

a) A formação de movimentos sociais pela juventude. Seja movimentos culturais, como de dança, clube do livro, movimento negro, movimento feminista, movimento lgbtqi+, etc... Essa é a futura classe trabalhadora (e em boa parte já a atual), estarem juntos, socializarem, permite que entendam gostos, trocas, interesses e demandas comuns. É ponto chave para organização e se entenderem como indivíduos que são parte de uma coletividade. Entrei na UFRJ em 2016, já adulto como

cotista. Não fazia a menor ideia do que era serviço social. Escolhi a disciplina exclusivamente por conta da proximidade da PV. Sabia que jamais teria como concluir um curso no fundão, devido à distância. Além disso, achei a descrição de algumas disciplinas interessantes. Mas quando tive contato com autores marxistas, fui me radicalizando. Tive contato com muitas pessoas diferentes, um mundo completamente novo. Mesmo sendo um pai de família, trabalhador, e que por isso não tinha tempo de usufruir da universidade, de participar de congressos, militâncias, e nem mesmo festas, a experiência universitária revolucionou minha mente. E fora da universidade conversava com amigos que nunca tiveram contato com essas teorias, indicava livros, trocamos experiências de pobres trabalhadores. Principalmente com amigos ligados ao movimento hip hop. Nessa época, porém, a questão racial simplesmente não existia para o serviço social. Eu ainda não sabia, mas essa lacuna me fez muita falta.

b) O contato com autores negros. Conhecer nossa história é ponto chave. O apagamento estrutural de nossa história de resistências por parte da intelectualidade dominante não é um mero acaso. Conhecer nossa história possibilita criar conexões de identificação. Mesmo livros literários, que trazem situações pessoais, mas que muitas vezes são comuns por terem um referencial étnico e cultural. Tão ou mais importante do que a leitura individual, é estimular a leitura coletiva e o debate dessas leituras (clube do livro, coletivo negro, pré-vestibular comunitário...). Expande o conhecimento sobre essas obras (e sobre a própria realidade) quando se ouve diferentes interpretações, cada qual trazendo elementos de suas vivências. Só fui ter contato com autores negros numa disciplina eletiva. Conheci Clóvis Moura, Neuza de Souza Santos, Jessé Souza, Abdias do Nascimento, Silvio Almeida, entre outros. Foi uma revelação. Passei por um processo de me entender como negro, não apenas como uma pessoa que tem uma “marca” e que, portanto, está sempre em risco de ser vítima de racismo, mas como parte de uma totalidade. Entender o racismo como estrutural e estruturante. Esse processo foi muito importante para eu conseguir ultrapassar o entendimento liberal de racismo, que o individualiza e trata como questão meramente moral. As trocas com outros alunos negros e com uma professora maravilhosa que é a Carmen Corato. Foi a primeira vez que tirei um 10 na Faculdade. Passei a comprar livros e procurar disciplinas que tivessem relação com essa temática. Tentei me organizar na minha favela, formar um grupo para estudarmos a história da comunidade, relacionada à história do Rio de Janeiro, o que não foi

possível por conta da falta de tempo e principalmente pela pandemia. Mas agora pretendo voltar a essa ideia.

c) O estímulo e acesso à arte também é um movimento de muita importância. Dança, música, artes plásticas, teatro, cinema são atividades que estimulam e expandem as formas de se expressar. A criminalização, através dos tempos, das culturas não-brancas foram formas de se hierarquizar a sociedade, expandindo as relações de produção para todos os segmentos da sociedade, como forma de se assegurar a ideologia dominante. Além disso, criminalizar a cultura negra é criminalizar o negro. Não é por acaso que a execução do samba, da capoeira e de religiões afro-brasileiras já foram considerados crimes previstos em lei. E por diversas vezes tentaram fazer (e fazem, a despeito de lei) o mesmo com o funk. O papel questionador do hip hop como produção cultural negra que, além da música, dança e grafite, sempre se propôs a dar voz aos oprimidos e disseminar reflexões críticas ao racismo e ao capitalismo é um exemplo claro e notório da força que o movimento tem (nos Estados Unidos o FBI perseguia artistas do movimento hip hop). No ano passado, no campo de estágio, participei de uma visita institucional ao equipamento Espaço Normal, localizado na Maré, que é referência no atendimento de pessoas em situação de rua. Neste dia houve apresentações de samba e hip hop realizadas por usuários e funcionários do equipamento. E pude presenciar o quanto a música e as artes em geral têm um potencial para dar voz aos excluídos.

“Nos tempos difíceis de minha vida, rabiscar frases- ainda que nunca venham a ser lidas por ninguém – me traz o mesmo reconforto que a reza para quem tem fé: através da linguagem ultrapasso meu caso particular, comungo com toda a humanidade.

Toda dor dilacera; mas o que a torna intolerável é que quem a sente tem a impressão de estar separado do resto do mundo; partilhada, ela ao menos deixa de ser um exílio. Não é por deleite, por exibicionismo, por provocação que muitas vezes os escritores relatam experiências terríveis ou desoladoras: por intermédio das palavras, eles as universalizam e permitem que os leitores conheçam, em seus sofrimentos individuais, os consolos da fraternidade”. (autor desconhecido²⁵?)

²⁵ Texto disponível no site <https://lobasnarede.com/2016/05/07/rabiscar-frases/> Acessado em: 11 de jul. 24. Atribuído a Simone Beauvoir, porém, não consegui localizar fonte que confirme autoria ou publicação.

Há tantos outros exemplos de resistências que poderia citar, como a recente luta dos alunos secundaristas contra a reforma do ensino médio no governo Temer ou a formação de um coletivo de entregadores antifascistas em plena pandemia em São Paulo. Aliás, na pandemia diversas comunidades, coletivos e associações de moradores arregaçaram as mangas para criar estratégias para ajudar na distribuição de cestas básicas para que os moradores não morressem de fome.

Todas essas diferentes formas de resistências têm em comum a canalização da revolta, do ódio para com as desgraças cotidianas, expressões materializadas da “questão social”, em ódio coletivo - de classe - que é o dínamo da dialética da história.

Finalizamos com um de meus artistas brasileiros preferidos, Gonzaguinha, de quem sempre apreciei a capacidade de tratar temas tão duros em suas canções, mas de forma suave, poética e muitas vezes alegre e positiva. Que tem a qualidade artística de pegar a dor e sofrimento do povo brasileiro e canalizar em letras de luta coletiva e esperança:

E vamos à luta²⁶

Eu acredito é na rapaziada
 Que segue em frente e segura o rojão
 Eu ponho fé é na fé da moçada
 Que não foge da fera e enfrenta o leão
 Eu vou à luta com essa juventude
 Que não corre da raia a troco de nada
 Eu vou no bloco dessa mocidade
 Que não tá na saudade e constrói
 A manhã desejada

Aquele que sabe que é negro o couro da gente
 E segura a batida da vida o ano inteiro
 Aquele que sabe o sufoco de um jogo tão duro
 E apesar dos pesares, ainda se orgulha de ser brasileiro
 Aquele que sai da batalha, entra no botequim
 Pede uma cervinha gelada e agita na mesa uma batucada
 Aquele que manda o pagode e sacode a poeira suada da luta
 E faz a brincadeira, pois o resto é besteira
 E nós estamos pelaí...

²⁶ Música do Álbum “De volta ao começo”, de 1980, do cantor e compositor Gonzaguinha.

E faz a brincadeira, pois o resto é besteira

E nós estamos pelaí...

Eu acredito é na rapaziada

(Gonzaguinha, 1980)

REFERÊNCIAS:

- DOS SANTOS, Alexandre Costa. **O racismo institucional na política de segurança pública do governo Witzel e o genocídio do povo negro. O caso da favela da Maré.** Trabalho de conclusão de curso. (Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.
- RIBEIRO, Roberto Rodrigues. **Serviço Social e a discriminação da masculinidade negra: uma análise junto da cultura e da subjetividade econômica.** In: pag 329 a 347. *Psicologia Social e Lutas Anticapitalista: Diálogo com projeto ético-político do serviço social.* (Org. Rogério Lustosa Bastos). 1o ed. Rio de Janeiro: Dialética, 2023.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** 1o ed. São Paulo: Pólen, 2018.
- JUNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil.** 38º ed. São Paulo: Braziliense, 1970
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** 1o ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022
 _____. **Racismo e cultura.** In: *Por uma revolução africana: textos políticos.* Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do Negro no Brasil – Processo de um Racismo Mascarado.** 1o. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 1o ed. São Paulo: N1 Edições, 2018.
 _____. **Crítica da razão negra.** 3º ed. São Paulo: Antígona, 2014.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2013
 _____. **O Capital: crítica da economia política.** 34o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
 _____. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** 9º ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

- MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 3º ed. São Paulo: Edipro, 2023.
- WILLIANS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo** 3ª ed. São Paulo: Ática, 1993
- _____. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 1ª ed. São Paulo: Anita, 1994.
- _____. **História do Negro Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. 52 ed. São Paulo: Global, 2013.
- RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. 1º ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017.
- COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. 1ª ed. Niterói: Intertexto, 2001.
- ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17º ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1ªed. São Paulo: Zahar, 2023.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano. Ensaios, intervenções e diálogos**. (Org.) Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional**. 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000. Disponível em:

<<https://wandersoncmagalhaes.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>> Acessado em 13 de jul. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do Negro no Brasil – Processo de um Racismo Mascarado**. 4o. ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2020.

MONTAÑO Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia, **Estado, Classe e Movimento Social**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2011

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. 1o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades do Brasil**. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2012

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso. Da Escravidão à Lava Jato**. 1o ed. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 1o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 1º ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

STRAUSS, Claude Lévi. **Raça e História**. 2º ed. Lisboa: Presença, 1975.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e Luta Anticolonial**. (Org. Jones Manoel). 10ed. São Paulo: Boitempo, 2020

DA SILVA, Cidinha (Org.). **Ações Afirmativas em Educação: Experiências Brasileiras**. 1º ed. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2003.

SAMYN, Henrique Marques (org.). **Por uma revolução antirracista: uma antologia de textos dos Panteras Negras (1968-1971)**. Rio de Janeiro: edição do autor,

2018. Disponível em <https://antologiapanteranegra.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/antologia_panterasnegras.pdf> (Acesso 10/07/24)

CAETANO, Sheila Aragão (org.) et al. **Carolinianas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2022

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. 40ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1976

LOUZEIRO, José. **Infância dos Mortos (Pixote)**. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984

DE JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada**. 10ª ed. São Paulo: Ática, 1993

GORMAN, Frances O' (org.) et al. **Morro, Mulher**. 1ª ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1984

SARAIVA, Vanessa Cristina dos Santos, 2019 **Abrigo, prisão ou proteção?**

Violência estatal contra crianças. Disponível em:

<<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/23813/18477>> Acessado em: 13 de jul. 2024.

ROCHA, Renata Mello; AZEVEDO, Patricia Bastos de. **O narrar sobre si e a escrevivência: o lugar da escrita**. Revista da Faculdade de Educação da UFG. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68429>> Acessado em: 13 de jul. 2024.

MOREIRA, Adilson José. **Pensando como um negro: ensaio de hermenêutica jurídica**. São Paulo: Contracorrente, 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rdp/a/3RS7yh7Y5sb7ByZtTzdyzPz/>> Acessado em: 12 de jul. 2024.

DA SILVA, Ana Paula Procópio. **Racismo e Ultraneoliberalismo: uma abordagem sobre a expropriação de direitos das populações negras na crise contemporânea do capital** (pag 307 a 320). In: Crise, Ultraneoliberalismo e Desestruturação de Direitos. Uberlândia: Navegando, 2020. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-crise-e-ultraneoliberalismo>> Acessado em: 23 de mar. 2024.

FERREIRA, Natalia Avelar. **Aspectos Históricos e o Código de Menores de 1979:**

Um olhar sobre a evolução de direitos. Jusbrasil. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/aspectos-historicos-e-o-codigo-de-menores-de-1979/468462354>> Acessado em: 13 de jul. 2024.

VALENTE, Maria Luiza Campos da Silva. **Serviço Social e Poder Judiciário: uma nota histórica.** In: Libertas, Juiz de Fora, v.3, n.2, p. 57 - 82, jan-jun / 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18180>> Acessado em: 13 de jul. 2024.

MENEGHETTI, Gustavo. **Juizado de Menores, Semanas de Estudos, Serviço Social: algumas notas explicativas.** In: Universidade Estadual de Londrina, Revista de Serviço Social: Londrina, 2019. Disponível em: <[https://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/60%20Ju%EDzo%20de%20Menores%20Semanas de Estudos Servi%20Social final.pdf](https://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/60%20Ju%EDzo%20de%20Menores%20Semanas%20de%20Estudos%20Servi%20Social%20final.pdf)> Acessado em: 22 de fev. 2024.

CARINE, Barbara. **Como ser um educador antirracista.** 1ª ed. São Paulo: Planeta, 2023.

HERMINIO, Beatriz. **A escrevivência carrega a escrita da coletividade, afirma Conceição Evaristo.** In: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 03 de out. 2022. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo#:~:text=Criado%20por%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Evaristo%2C%20o,explicitou%20a%20escritora%20e%20educadora>> Acessado em: 13 de jul. 2024.

LEITE, Gláucia Silva. **O Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes no Brasil.** Disponível em: <https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nudeca/artigos-publicacoes/03_2017_Sistema_de_Garantia_de_Direitos_de_Crian%C3%A7as_e_Adolescente.pdf> Acessado em: 13 de jul. 2024.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, Atlas da Violência 2023. Disponível em : <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>> Acessado em: 10 de jul. 2024.

MMFH - MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Levantamento Anual Sinase, 2017. Brasília: 2017. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>> Acessado em: 12 de jul. 2024.

ZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências humanas e Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

POLICIAIS acusados pela morte do menino João Pedro são absolvidos pela Justiça. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 10 de jul. 2024. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2024/07/10/policiais-acusados-pela-morte-do-menino-joao-pedro-sao-absolvidos-pela-justica#:~:text=Os%20agentes%20Mauro%20Jos%C3%A9%20Gon%C3%A7alves,%C3%BAtil%2C%20e%20respondiam%20em%20liberdade>> Acessado em: 13 de jul. 2024.

ATLAS DA JUVENTUDE 2021. Disponível em

<<https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>> Acessado em 13 de jul. 2024.

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social. **Qual o papel do Serviço Social na luta pelos direitos das crianças**. CRESS-PR, 11 de out. 2021. Disponível em:

<<https://cresspr.org.br/2021/10/11/qual-o-papel-do-servico-social-na-luta-pelo-direito-das-criancas/>> Acessado em 08 de jul. 2024.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RAMOS, Lázaro. **Na minha pele**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

Protesto marca 500 anos do Descobrimento. **Memorial da Democracia**. 22 de abr. 00. Disponível em: <<https://memorialdademocracia.com.br/card/protesto-marca-500-anos-do-descobrimento>> Acessado em: 04 de jul.24.

RIBEIRO, Cléber (org.) et al. **Seja democracia: formar, organizar e agir**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Periferias, 2022.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1965.